



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Feminismo liberal e epistemologias feministas

Érica Tedesque

Brasília, 2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Feminismo liberal e epistemologias feministas

Autora: Érica Tedesque

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção ao grau de Mestra no curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dra. Camila Potyara Pereira.

Brasília, 2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

DISSERTAÇÃO

Feminismo liberal e epistemologias feministas

Discente: Érica Tedesque

Orientadora: Prof^a. Dra. Camila Potyara Pereira

Banca Examinadora

Prof.^a. Dra. Camila Potyara Pereira

Orientadora - PPGPS/SER/IH/UnB

Prof.^a. Dra. Hayeska Costa Barroso

Examinadora Interna - SER/IH/UnB

Prof.^a. Dra. Lelila Elis Pereira de Lacerda

Examinadora Externa – PPGPS/ICHS/UFMT

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TT256f Tedesque, Érica
Feminismo Liberal e Epistemologias Feministas / Érica
Tedesque; orientador Camila Potyara Pereira. -- Brasília,
2022.
90 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Feminismo Liberal . I. Potyara Pereira, Camila,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por configurar uma rede de incentivo fundamental para esta conquista. Em especial, agradeço à minha mãe, Soraia, e ao meu pai, José Carlos, por acreditarem nesse projeto e serem fontes de conhecimento e apoio. E à minha irmã, Luiza, pelo exemplo de determinação e por me ensinar a persistir;

À Dra. Camila Potyara Pereira pelo tempo dedicado à docência e a orientação deste estudo, além do cuidado e paciência ao compreender os aspectos em que esse trabalho se desenvolveu;

Ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, em especial do Programa de Pós Graduação em Política Social, e às docentes nele presentes pelo que contribuíram para a minha formação profissional e intelectual;

Às servidoras da Universidade de Brasília pela presteza e colaboração para realização da graduação;

À cidade de Brasília pelas oportunidades nela presentes;

E as demais pessoas que contribuíram para que essa dissertação fosse possível.

Porque cada um, independente das habilitações que tenha, ao menos uma vez na vida fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se a essas pessoas pudéssemos retirar do quotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias se retirassem de malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento profundo poderiam comunicar, porque cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer.

José Saramago

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. O saber se aprende com mestres e livros. A Sabedoria, com o corriqueiro, com a vida e com os humildes. O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada. Caminhando e semeando, sempre se terá o que colher.

Cora Coralina

RESUMO

A dissertação teve como objetivo geral identificar os contornos e principais fundamentos no que tange ao feminismo liberal e suas críticas à sociedade capitalista, evidenciando as tensões presentes nas discussões sobre a temática. Para tanto, sistematiza e coloca em diálogo os argumentos e posições entre a teoria feminista e neoliberalismo. O objetivo geral da pesquisa, portanto, foi analisar as convergências e divergências entre o feminismo liberal e o neoliberalismo, a fim de iluminar pontos relevantes do feminismo liberal e seus contornos. Os objetivos específicos que orientaram o presente trabalho foram: I) estabelecer aproximações com o contexto conjuntural, vem como resgatar os antecedentes históricos, em que a relação feminismo liberal e neoliberalismo se desenvolveu; II) apreender quais são os fundamentos teóricos que conformam a vertente feminismo liberal, bem como os seus impasses teórico-políticos; III) verificar de que forma o feminismo liberal subsidia a ação política feminista para além da sociedade capitalista. Por fim, este trabalho explora as relações entre os paradigmas teóricos da epistemologias feministas e as principais críticas endereçadas ao feminismo liberal. O exame das convergências e dos contrastes entre os feminismos demonstram a complexidade dos debates sobre os horizontes e estratégias da luta pela igualdade de gênero dentro da sociedade capitalista. A partir dessa análise, a dissertação apresenta, como considerações finais, as tensões e limites que perpassam as relações entre feminismo liberal e neoliberalismo.

Palavras-chaves: Teoria feminista. Feminismo Liberal. Epistemologias feministas.

ABSTRACT

The dissertation's general objective was to identify the contours and main foundations regarding liberal feminism and its criticism of capitalist society, highlighting the tensions present in the discussions on the subject. In order to do so, it systematizes and puts into dialogue the arguments and positions between feminist theory and neoliberalism. The general objective of the research, therefore, was to analyze the convergences and divergences between liberal feminism and neoliberalism, in order to illuminate relevant points of liberal feminism and its contours. The specific objectives that guided the present work were: I) to establish approximations with the conjunctural context, it comes as a way of rescuing the historical antecedents, in which the relationship between liberal feminism and neoliberalism developed; II) apprehend the theoretical foundations that shape liberal feminism, as well as its theoretical-political impasses; III) verify how liberal feminism subsidizes feminist political action beyond capitalist society. Finally, this work explores the relationships between the theoretical paradigms of feminist epistemologies and the main criticisms addressed to liberal feminism. Examining the convergences and contrasts between feminisms demonstrates the complexity of debates on the horizons and strategies of the struggle for gender equality within capitalist society. Based on this analysis, the dissertation presents, as final considerations, the tensions and limits that permeate the relationship between liberal feminism and neoliberalism.

Keywords: Feminist theory. Liberal Feminism. Feminist epistemologies.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - FEMINISMOS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	21
1.1 AS MULHERES E O PATRIARCADO	38
1.2 A REALIDADE BRASILEIRA	43
CAPÍTULO II – MOVIMENTO E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA	48
2.1 FEMINISMOS: CORRENTES E TENDÊNCIAS	66
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

APRESENTAÇÃO

A desigualdade de gênero no Brasil se manifesta de inúmeras maneiras e traz como consequência posições diferenciadas para mulheres e homens, produzindo exploração. No atual contexto de intensas mudanças sociais e reformulações do capitalismo, em sua versão financeirizada e mundializada, os rebatimentos na vida das mulheres são expressivos e degradantes, gerando a intensificação das desigualdades e opressões, bem como os processos de resistência.

No contexto da crise capitalista é perceptível como outras possibilidades de acumulação são adensadas à estrutura social, entre estas, e talvez a mais grave, está a utilização de reivindicações de um conjunto de movimentos sociais como novos nichos de mercado, como demonstram as transformações no trato ao movimento feminista pelo Estado, de modo que uma massa de mulheres tem se identificado com aquilo que os aparelhos hegemônicos têm caracterizado por feminismo, distanciando-as do campo político e esvaziando as possibilidades de organização coletiva como movimento social.

Ao instituir as mulheres como sujeitos políticos do processo de transformação social, o movimento feminista contribuiu para a ruptura da identidade imposta pela condição feminina, abrindo pressupostos para que a existência das mulheres seja dotada de autonomia e de direitos. Essas ações simbolizam uma profunda ruptura do sentido do eu feminino e do seu entendimento no mundo. Além disso, possibilitou o acesso dessa categoria à esfera pública por meio da ação política feminista na vida cotidiana, gerando a inserção das demandas na agenda política e a ampliação dos espaços democráticos.

Em diversos momentos do percurso observa-se a dualidade de entendimento sobre o movimento feminista justamente daquelas que se propuseram ao acolhimento das pautas das mulheres e até mesmo se identificando na qualidade de feministas. Assim, a prática distanciada das teorias feministas, e até mesmo da compreensão de categorias centrais para a organização política e social têm corroborado para que esses movimentos atuem estritamente nos limites do capitalismo.

A ressalva em torno da articulação entre o movimento feminista e o momento histórico e político no qual ele se desenvolve consiste em uma alternativa para se pensar as conquistas desse movimento social heterogêneo e os impactos nos espaços públicos e privados na vida das mulheres.

Tais elementos reforçam a importância da compreensão da trajetória histórica de lutas feministas por garantias e materialização de direitos às mulheres, e contribuem para o interesse sobre a temática, estimulando-a e almejando a organização e sistematização do conhecimento já produzido, bem como, a instrumentalização na luta das mulheres por uma sociedade mais igualitária.

Entretanto, a igualdade é inconciliável com o sistema capitalista, como ressalta Lênin (1979, p.104) “mesmo na igualdade puramente formal (igualdade jurídica, ‘igualdade’ do bem alimentado e do faminto, do possuidor e do não possuidor), o capitalismo não pode ser consequente. Uma das inconseqüências é a desigualdade da mulher e do homem”.

Os feminismos representam movimentos fundamentais para a formulação de concepções emancipatórias, para a conquista da liberdade de grupos sociais das mais diversas faces opressoras e para a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. No entanto, há uma multiplicidade de teorias feministas, e nem todas elas representam do mesmo modo este interesse, o que, em diversas circunstâncias, pode adquirir contornos perigosos, dissociados de contexto e sob aspectos próprios da formação social capitalista. Assim, ainda que os feminismos representem esforços pela expansão de direitos, em determinadas situações podem assumir sentidos inesperados, desenvolvendo-se em prol da manutenção da lógica neoliberal. Por se tratar de uma ferramenta política, as teorias feministas podem assumir interpretações, apropriações e usos imprevistos e contraditórios. Diante desse motivo, torna-se circunstancial compreender, como problema de pesquisa, como os feminismos podem pertencer ao sistema capitalista e imperialista, que em diversos momentos da história utilizou de estratégias para adentrar os movimentos sociais e torná-los extensões dos seus interesses.

Para tanto, faz-se necessário resgatar as mulheres como sujeitos históricos, com suas diferenças e singularidades, mas sem confundir as possibilidades do ser subjetivo com as possibilidades de organização delas, que, cada vez mais pulverizadas, são vistas como um movimento superado pelo empoderamento individual. Analisar a atuação destes grupos interfere não apenas em uma postura política, mas na compreensão de que os resultados destas práticas não levam a transformações sociais duradouras.

Os movimentos sociais possuem determinações concretas advindas das relações de exploração e dominação capitalistas. Neste contexto, podemos observar alguns impasses do movimento feminista com outros movimentos sociais e internamente. As experiências e construções do movimento feminista não são idênticas, e de suas particularidades surgem

aspectos que determinam identificação ou estranhamento com outras questões políticas e ideológicas que podem limitar a sua atuação. Avanços, limites, desafios e contradições permeiam estes grupos, tendo destaque o modo como questionam determinantes que mantêm a estrutura de desigualdade social do capitalismo.

Partindo da perspectiva de que o modo de produção de conhecimento é um componente de transformação da realidade social, bem como dos objetivos propostos por essa pesquisa, tem-se como objeto de pesquisa o papel do feminismo liberal na sociedade capitalista como espaço de ação e reflexão de grupos feministas. A Universidade é um local para construir análises, estudos e pesquisas sobre a realidade e os fenômenos sociais. De tal modo, deve atentar-se para fenômenos que carecem de aprofundamento teórico e analítico, oferecendo elementos que propiciem a reflexão e apontem estratégias.

A hodierna crise política do Estado brasileiro mostra a fragilidade de algumas reivindicações negociadas, a exemplo da presença das mulheres no parlamento, que não refletem em ações que se contraponham às desigualdades de gênero. As reformas aprovadas, que são reformas que atacam direitos sociais adquiridos e os cortes refletem de forma diferenciada no cotidiano das mulheres, as quais ocupam grande parte dos subempregos e são responsáveis pela manutenção familiar.

Posto isso, este é um momento oportuno para agregar maiores conhecimentos sobre o tema, essencialmente, e instrumentalizar a luta das mulheres por transformações de fato. Ao produzir elementos singulares para o debate acadêmico, político e social, aspectos presentes nesta pesquisa, por intermédio da análise dos dados a serem obtidos ao longo do seu desenvolvimento, será possível imprimir novas propostas para pensar a ação desses movimentos. Sobretudo, considerando os recentes retrocessos em direitos que avançam no Congresso Nacional em que um dos alvos principais é a mulher.

Apenas com um arcabouço crítico de categorias que rondam o âmago do movimento feminista será possível efetivar mudanças para além do capital. Assim, pode-se dizer a partir de Piscitelli (2002) que a cada nova expressão de opressão, novas vozes surgem para combatê-la. Entretanto, mesmo que tenham se levantado vozes de mulheres, solitárias ou coletivas, a opressão tem ganhado a maioria das batalhas. Essa derrocada, construída por meio de hábeis estratégias, faz parecer que a opressão é indestrutível. A questão é que o sucesso do patriarcado impede que muitas pessoas consigam pensar a organização da vida humana de forma distinta da dominação do macho direta e de fato. Isso decorre da relação

simbiótica de exploração-dominação ou dominação-exploração sobre a mulher na sociedade capitalista patriarcal.

Apesar de o patriarcado preceder a constituição do modo de produção capitalista, é nele que assume suas singularidades. A desigualdade de gênero é intensificada no modelo de sociedade capitalista, que possui também suas bases nas relações sociais, colocando as mulheres em condições de inferioridade e subalternidade. Esse cenário aponta para a premissa de que a estrutura patriarcal permanece forte na atualidade, ainda que as mulheres tenham conquistado direitos.

O movimento feminista, como prática política, nem sempre tem como perspectiva o pensamento crítico e luta pela transformação das relações sociais de gênero, ainda que por vezes pautando uma sociedade mais livre e igualitária, podem se tratar também de projetos políticos que reforçam a exploração e a dominação que tem historicamente marcado a vida das mulheres. O fato é que existem diversas maneiras de se pensar sociedades mais igualitárias, a título de exemplo desconsiderando o modelo clássico de igualdade próprio dos homens e para os homens, por uma igualdade para as mulheres alcançável à medida em que se busca a desconstrução e a transformação do modelo dominante de igualdade nos limites do capital.

Ocorre que a pluralidade dos sujeitos políticos, tão presente no movimento feminista contemporâneo, têm apresentado entraves no que se refere a desestruturação dessa ordem social que transforma diferenças em desigualdades, e fundamenta relações sociais hierárquicas entre mulheres e homens. Esse dilema deve ser enfrentado como parte do processo dialético de transformação social, além do que, a premissa de igualdade entre mulheres e homens dentro de uma sociedade de classes cuja base é as relações desiguais possui natureza contraditória.

A partir de um olhar voltado para a transformação social, a organização da vida social, dentro de um sistema baseado na desigualdade de gênero, possui como pressupostos a reprodução e a acumulação do capital. Ainda sob essa perspectiva, o fato de parte das mulheres ter acessado a esfera pública, não significa que a dicotomia espaço público-homem e espaço privado-mulher tenha se desfeito completamente, tampouco que os preceitos que sustentam essa divisão tenham sido transformados. Até hoje se vêem retrocessos em termos de direitos e acesso seguro de mulheres ao exercerem liberdades básicas. Esses aspectos apontam para a importância de que se busque a superação do modelo de sociabilidade existente.

Os feminismos podem representar movimentos fundamentais para a formulação de concepções emancipatórias, para as liberdades de grupos sociais das mais diversas faces opressoras e para a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. No entanto, em razão da multiplicidade das teorias feministas, e do fato de que nem todas elas representam do mesmo modo este interesse, em diversas circunstâncias podem adquirir contornos perigosos, dissociados de contextos e sob aspectos próprios da formação social capitalista. Assim, ainda que os feminismos representem esforços pela expansão de direitos, em determinadas situações podem assumir sentidos inesperados, desenvolvendo-se em prol da manutenção da lógica neoliberal. Por se tratar de uma ferramenta política, os feminismos podem assumir interpretações, apropriações e usos imprevistos e contraditórios. Por esse motivo, torna-se fundamental compreendê-los como pertencentes ao sistema capitalista e imperialista, que em diversos momentos da história utilizou de estratégias para adentrar os movimentos sociais e torná-los extensões dos seus interesses.

Acerca da teoria feminista, Lauretis (1987) desenvolve que o feminismo não é uma teoria acerca da opressão das mulheres, mas, sim, a luta pela transformação de uma representação de gênero com contradições e ambivalências. Nesse sentido, Halberstam (2011) contribui ao afirmar que toda teoria e prática feministas firmadas no sucesso político estão suscetíveis aos *feminismos de sombra*, que se caracterizam como assombrações devido às críticas aos até então nomeados avanços pelo feminismo liberal na tentativa de convencimento e acreditação de que, por exemplo a inserção das mulheres nas esferas de poder é suficientemente revolucionária e que é possível pensar em igualdade dentro dos muros do capital. Diante disso, é preciso se atentar às contradições.

Contribuindo para o debate, Fraser (2013) denunciou as alianças entre o feminismo e o neoliberalismo, já que, para a autora, ainda que as reivindicações feministas tenham ocupado os discursos sociais e desempenhado mudanças culturais, os fenômenos descortinados não se reduziram, a título de exemplo, às disparidades entre salários de mulheres e homens, ou mesmo à violência contra as mulheres. Além disso, a autora demonstra que o neoliberalismo, ao se apropriar do discurso feminista, utilizou-o como estratégia de ideologização das massas pelos aparatos sociais feministas, operando significativamente sob essas reivindicações. A respeito da ressignificação do projeto neoliberal embasado dentro do movimento, pode-se afirmar a partir de Segal (2013) que o

sucesso do feminismo liberal em comparação aos demais feminismos, decorre da sua compatibilidade com o regime capitalista neoliberal.

No princípio, as teorias feministas questionaram as raízes sexistas dos sistemas políticos e denunciaram as desigualdades entre mulheres e homens. Entretanto, o amadurecimento intelectual surge com Scott (1996), à medida que ela explica que esse capítulo da história do feminismo foi um protesto contra a exclusão política das mulheres e a necessidade da sua inclusão na esfera pública. Porém, os feminismos contemporâneos começaram a produzir teoria após a publicação de *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, ao denunciar o androcentrismo e propor novas perspectivas para o feminismo, rompendo com a ideologia hegemônica da diferença sexual, eliminando a inexorabilidade biologizante como fatalidade e destino para as mulheres, e, para além, conceituando a mulher como ser em constante processo de construção.

A alteridade com que os movimentos feministas dos anos 1970 se tornaram mais evidentes, do ponto de vista político e social, tem a ver, sobretudo, com o que Santos (2005) descreve como uma crise do contrato social e uma crise democrática, na medida em que eclodem demandas dos movimentos sociais em busca de direitos e maior inclusão social. Nesse ponto da história, o feminismo adentrou novas questões.

O fato é que, conforme desenvolve Safiotti (1976, 1984), a exploração, a opressão e a dominação das mulheres são dimensões indissociáveis caracterizadas pela dominação masculina e marcadas pela desigualdade social desde os antepassados até a atualidade, ainda que tenham ocorrido grandes mudanças de ordem social, econômica, política e jurídica no Brasil. Kergoat (1978, p. 44) afirma que “[...] patriarcado e capitalismo se combinam, exploram dominando e dominam explorando”, nesse sentido, a luta contra a opressão vivida pelas mulheres e a emancipação devem caminhar juntas nos movimentos feministas.

Ao pensar a emancipação, Kergoat (2014) a reconhece como um processo de reconfiguração das relações sociais de sexo, caracterizando-se não pela abolição dessas relações, mas pelo movimento individual e coletivo das mulheres, compreendendo a partir daí que não há emancipação coletiva sem que haja também a individual.

O feminismo brasileiro da década de 1970 em diante possui em sua trajetória diversas modificações adotadas pelo movimento no que se refere à sua relação com o Estado. O caminho percorrido pelas feministas da época foi da negação do Estado como espaço de participação até mesmo para a reivindicação por participações mais consistentes de mulheres e representações femininas (PINTO, 1994; ALVAREZ, 2000). Essa contradição também

esteve presente em outros momentos do percurso feminista, a título de exemplo, a defesa de direitos dentro do espectro da democracia liberal com o posterior questionamento do liberalismo como princípio norteador das ações do Estado (MIGUEL, 2000).

Essas apreensões e reivindicações feministas que podem ser observadas ao longo da história do movimento refletiram nas políticas públicas a partir da década de 80, quando as organizações de mulheres - que antes estavam focadas na esfera social - passaram a propô-las. Essa reorganização política elucidou novas questões para o centro do movimento, construindo um debate acerca da institucionalização e da autonomia.

Ocorre que, ao transmutar as antigas bandeiras em propostas de políticas públicas, as feministas passaram a demandar maior promoção de ações do Estado, com o intuito de minimizar as desigualdades entre mulheres e homens. Entretanto, tais reivindicações mantiveram-se restritas aos princípios da democracia liberal, não se estendendo muito além de igualdades formais. Ainda que com avanços na redução da desvantagem das mulheres na sociedade, por se tratar de uma matéria histórica presente em todas as esferas sociais, principalmente nas instituições familiares, econômicas e políticas, essas conquistas esbarraram na estrutura capitalista liberal. Por esse motivo também essas mudanças não se concretizaram em transformações sociais consistentes.

No Brasil, conforme destaca Alvarez (1998), ao longo do processo de reestruturação democrática algumas reivindicações feministas foram institucionalizadas pelos governos, ora pelo interesse do próprio movimento, ora pelos interesses de partidos políticos e governos de capitalizar tais pleitos. Para Pinto (1994, p. 270), a inserção do movimento feminista no Estado, bem como dos demais movimentos sociais, resultou "em perda de um grau de autonomia e em uma real ameaça de perda de identidade".

As novas configurações do movimento feminista evidenciaram a ação política para além da esfera estatal, dos partidos e dos sindicatos, defendendo como princípio a noção de que "o pessoal também é político". A partir daí, ampliou-se o campo político e questionou-se as linhas que separam a esfera pública da privada, propondo esferas mistas para além dos limites estatais e institucionalizados (BUTTAFUOCO, 1995).

De lá pra cá, o feminismo tem se reinventado e ocupado espaços diversos de produção e luta política. Ocorre que os feminismos no Brasil tem vasta história, e parte disso tem sido estudado e publicado por pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento, ampliando o arcabouço sobre as temáticas que o permeiam. Com base nesses materiais, a dissertação proposta possui como ponto de partida a constatação de um debate acerca das contribuições

do feminismo liberal para a construção de uma nova epistemologia do conhecimento feminista e os seus impasses teórico-políticos, bem como das suas implicações para a prática política.

A partir daí, a pesquisa foi pensada a partir de três perguntas: 1. Quais são os fundamentos teóricos que conformam a vertente feminismo liberal dentro de uma nova epistemologia do conhecimento feminista? 2. De que maneira o feminismo liberal tem dialogado com o neoliberalismo ao tecer seus debates? 3. O feminismo liberal e o neoliberalismo apresentam nexos e continuidades, ou se tratam de campos divergentes?

A dissertação que aqui se apresenta foi elaborada a partir de pesquisas e indagações com ênfase no debate contemporâneo acerca da vertente feminismo liberal presente no que concerne à perspectiva teórico-política, às ligações com uma nova epistemologia feminista e às implicações para a prática política e a superação das desigualdades. Foram identificados os contornos e principais fundamentos no que tange ao feminismo liberal e suas críticas à sociedade capitalista, evidenciando as tensões presentes nas discussões sobre a temática. Para tanto, realizamos um levantamento do material teórico disponível sobre o assunto.

A metodologia segundo Michel (2005) pode ser entendida como um caminho que se traça para atingir um objetivo, também é o modo de buscar respostas para as necessidades e dúvidas. A metodologia utiliza-se de procedimentos científicos, critérios normalizados e aceitos pela ciência. Ela proporciona uma comunicação científica válida e facilita o trabalho proposto pelo/a pesquisador/a.

A organização das etapas metodológicas requer a apresentação de alguns aspectos que irão permear a execução da pesquisa, que são eles: tipo de pesquisa, método para análise da realidade, instrumentos e técnicas de pesquisa, que serão expostos em seguida.

Em relação a natureza desta pesquisa se caracteriza por ter o enfoque qualitativo, ao almejar mais conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos nela envolvidos. A pesquisa qualitativa procura vislumbrar e conhecer o modo de vida dos sujeitos e não reduzi-los a quantificações (MARTINELLI, 1999). Preocupa-se em desvendar uma realidade que não pode ser quantificada, levando em consideração diversas relações e processos sociais que não podem ser reduzidas à quantificação numérica (MINAYO, 2003). A abordagem da pesquisa qualitativa aprofunda-se em questões objetivas e subjetivas da realidade dos sujeitos, assim pode-se afirmar que:

[...] na pesquisa qualitativa o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, devendo captar o universo

das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes no seu contexto (MARTINELLI, 1999, p. 56).

Minayo (2007) pontua a pesquisa qualitativa como capaz de compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores, no que tange aos valores culturais – representações sobre a sua história -, bem como as relações entre os indivíduos, instituições e movimentos sociais e dos processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas. Por isso, a pesquisa com enfoque qualitativo para a autora se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando, portanto, com o universo de significados, que engendram valores, concepções e percepções. Objetiva, portanto, aprofundar o desvendamento de processos e relações dos fenômenos sociais estudados.

Sustentadas e movidas pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, a proposta de pesquisa ora apresentada é metodologicamente do tipo exploratória, considerando que até o momento não localizamos nenhuma produção que abordasse a temática proposta neste estudo, assim, “a pesquisa exploratória permite uma aproximação de tendências que estão ocorrendo na realidade, para as quais não temos ainda conhecimento sistematizado nem bibliografia consolidada” (MARSIGLIA, 2005, p.2).

A principal técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. As técnicas de pesquisa consistem em: “[...] um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática” (MARCONI; LAKATOS 2008, p. 176). A pesquisa bibliográfica, adotada aqui como técnica de pesquisa, buscou colher informações relevantes para a investigação, tendo objetivos bem definidos, ou seja, coletar elementos proeminentes a um determinado tema científico.

Em suma, metodologicamente, a pesquisa foi construída, em sua natureza teórica, realizando levantamentos bibliográficos, possibilitando múltiplos diálogos em redes entrelaçadas e fluídas para além de um lugar geograficamente definido, se desenvolvendo no lugar de argumentação, em consensos e dissensos, que se materializam a partir dos estudos outrora realizados.

Pressupunha-se que por intermédio da assimilação da pesquisa bibliográfica surgiriam reflexões que poderão adensar as áreas que carecem de estudos, além de construir estratégias para superação da sociedade desigual em que vivemos. Ao tomar como pressuposto o objeto de estudo, este trabalho propõe-se a não se ater à aparência fenomênica do fato mas, ao contrário, por meio da análise e de sucessivas aproximações, pretende-se conhecer o objeto como fenômeno inserido em uma totalidade complexa e contraditória. Assim, o feminismo

liberal, situado historicamente e realçado a partir dos fundamentos teóricos-políticos que o conformam – está inserido em uma realidade complexa e permeada por contradições, que se expressam nas diversas esferas do conhecimento, como, por exemplo, a literatura especializada.

Isto posto, tal análise se deu a partir das reflexões teóricas, tendo sua base no método histórico dialético marxista, já que o caráter epistemológico dessa teoria se dispõe na percepção do real, resultado de múltiplas determinações. Desse modo, metodologicamente, essa investigação teve a intenção de apreender as determinações do objeto, compreendendo, a partir da matéria produzida, a maneira como o pensamento produz e reproduz concretamente a realidade, no cotidiano, respeitando os aspectos da universalidade, singularidade e particularidade, conforme dispõe Netto (2009).

É por isso, que, ao analisar o feminismo liberal e as concepções presentes nele, é necessário situá-lo na história, na intenção de assim conhecer o contexto e o cenário econômico, político e social – permeado por antagonismos – em que ele surge e se desenvolve, bem como, as suas implicações na vida e luta de mulheres, além das perspectivas teóricas que os orientam. Por esse motivo, esse trabalho é resultado desses processos, produzindo um novo olhar sobre os modos de vida reverberados no nosso próprio fazer.

Sistematizar o conteúdo produzido pelas feministas e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas é mergulhar no vivido, transpondo a dicotomia sujeito/objeto, compreendendo o objeto estudado a partir do fluxo do real. Nesse sentido, vale salientar, segundo Marx, que

sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, p. 78, 2013).

A teoria crítica marxista, pautada na materialidade, propicia a valorização da realidade social concreta que define a compreensão da vida social, política e intelectual. A partir da teoria marxista é possível tecer uma análise das relações sociais entre mulheres e homens, mediante uma perspectiva de totalidade que não fragmenta a realidade, “apreendendo além da aparência, das ‘representações’, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações” (CISNE, 2015).

A partir dessas contribuições, o interesse desse trabalho situa-se em analisar as convergências e divergências entre o feminismo liberal e o neoliberalismo, a fim de iluminar pontos relevantes do feminismo liberal e seus contornos. Os objetivos específicos que orientaram o presente trabalho foram: I) estabelecer aproximações com o contexto conjuntural, vem como resgatar os antecedentes históricos, em que a relação feminismo liberal e neoliberalismo se desenvolveu; II) apreender quais são os fundamentos teóricos que conformam a vertente feminismo liberal, bem como os seus impasses teórico-políticos; III) verificar de que forma o feminismo liberal subsidia a ação política feminista para além da sociedade capitalista.

As organizações das etapas metodológicas requerem a apresentação dos aspectos que permeiam a execução da pesquisa, nesse sentido, esta pesquisa foi organizada em três etapas:

A primeira etapa consistiu no mapeamento dos principais veículos em que se desenvolvem e produzem conhecimento na área dessa pesquisa, englobando o resgate histórico da construção desses estudos e os aspectos teórico-políticos que os abrangem. Desse modo, compreendendo como se relacionam e quais são as perspectivas ideopolíticas dos mesmos.

A segunda etapa se baseou na leitura dos trabalhos publicados e sistematização dos dados obtidos, que subsidiou a terceira etapa, a análise qualitativa dos dados. Através desta última pode-se, segundo Minayo (1998 p.101), requerer “atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”. Deste modo, a análise foi organizada a partir do processo de ordenação dos dados, classificação dos mesmos e análise final.

Assim, após o levantamento das informações, foi realizada a categorização do conteúdo considerando as principais ideias presentes. Durante essa fase identificamos o projeto feminista liberal, classificando os estudos como tal, uma vez que os estudos feministas são transversais a outros temas.

Além desta introdução, a dissertação é composta por três capítulos e concluída com breves considerações finais, que organizam os argumentos desenvolvidos no texto, sublinhando as questões centrais identificadas durante o estudo realizado. O capítulo seguinte é precedido por essa introdução, na qual são apresentadas as ligações entre feminismo liberal e neoliberalismo, abordando conceitos básicos dessa relação. No segundo capítulo é reconstruída a trajetória do movimento e da epistemologia feminista. Já o terceiro e último capítulo do trabalho é dedicado ao feminismo liberal, abordando os principais aspectos dessa

teoria e os debates desenvolvidos. Além disso, buscamos organizar uma síntese dessa diversas perspectiva teórica feminista enfatizando especialmente as discussões que relacionam mais diretamente a sociedade capitalista.

CAPÍTULO 1 - FEMINISMOS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Os séculos de lutas feministas foram eivados de conteúdo e práticas emancipatórias, legado que permeia nosso cotidiano. Os feminismos representam movimentos fundamentais para a formulação dessas concepções, para as liberdades de grupos sociais das mais diversas faces opressoras e para a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. No entanto, em razão da multiplicidade das teorias feministas, e do fato de que nem todas elas representam do mesmo modo este interesse, em diversas circunstâncias adquirem contornos duvidosos, dissociados de contextos e sob aspectos próprios da formação social capitalista de modo a alcançar determinados intentos. Nessa direção, os feminismos demonstram esforços por reivindicações e construções teóricas que visam ampliar direitos, mas que podem ser usadas num sentido distinto do conjecturado, desenvolvendo-se em prol da manutenção da lógica neoliberal.

Os feminismos, ainda que tão distintos em seus percursos, demonstram sua vitalidade e força de propagação de idéias libertárias e igualitárias nos momentos em que o poder social das mulheres, em luta por esse ou aquele direito social, se torna público. A força desses movimentos não tem decorrido somente da precisão de noções e conceitos germinados em estudos e pesquisas acadêmicas, mas em conformidade com aspirações femininas difusas e com um certo grau de consciência de gênero em diversos lugares e épocas.

Lauretis (1987) caracteriza a teoria feminista, de modo que para ela o feminismo não é uma teoria acerca da opressão das mulheres, mas sim, a luta pela transformação de uma representação de gênero com contradições e ambivalências entre a negatividade crítica da teoria e a positividade afirmativa das suas políticas. A respeito disso, a autora explica que o feminismo concentra duas tensões: a busca por transformações na construção e na representação do gênero. Isto é, o sujeito do feminismo não é um movimento entre uma representação de um sujeito que está concebido a partir de uma matriz misógina e uma reivindicação para corresponder às falhas nesse sistema hegemônico de representação, contendo as mudanças que o próprio feminismo operou, no sentido de expandir essa falha na representação hegemônica.

Halberstam (2011) colabora com o debate ao afirmar que toda teoria e prática feministas firmadas no sucesso político estão suscetíveis aos feminismos de sombra, que se caracterizam como assombrações devido às críticas aos até então nomeados avanços pelo

feminismo liberal na tentativa de convencimento e acreditação de que, por exemplo a inserção das mulheres nas esferas de poder é suficientemente revolucionária e que é possível pensar em igualdade dentro dos muros do capital. Diante disso, é preciso se atentar às contradições.

Nesse sentido, Fraser (2013) denunciou as alianças entre o feminismo e o neoliberalismo, já que, para a autora, ainda que as reivindicações feministas tenham ocupado os discursos sociais e desempenhado mudanças culturais, os fenômenos descortinados não se reduziram, a título de exemplo, às disparidades entre salários de mulheres e homens, ou mesmo à violência contra as mulheres. Além disso, a autora demonstra que o neoliberalismo, ao se apropriar do discurso feminista, utilizou-o como estratégia de ideologização das massas pelos aparatos sociais feministas, operando significativamente sob essas reivindicações. A respeito da ressignificação do projeto neoliberal embasado dentro do movimento, pode-se afirmar a partir de Segal (2013) que o sucesso do feminismo liberal em comparação aos demais feminismos, decorre da sua compatibilidade com o regime capitalista neoliberal.

Por se tratarem de uma ferramenta política, os feminismos podem assumir interpretações, apropriações e usos imprevistos e contraditórios. Por esse motivo, torna-se circunstancial compreendê-los como pertencentes ao sistema capitalista, que em diversos momentos da história utilizou de estratégias para adentrar os movimentos sociais e torná-los extensões dos seus interesses.

O feminismo liberal “propõe uma visão de igualdade baseada no mercado” e se recusa “a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres” (Fraser, 2017). Esse movimento é melhor assimilado à luz do diagnóstico mais geral de um neoliberalismo progressista, que incorpora elementos da política progressista para ampliar o apoio político e sua hegemonia. O neoliberalismo “celebra a diversidade em benefício próprio” e “combina ideais truncados de emancipação e formas letais de financeirização” (Fraser, 2017), desse modo, abrangendo pautas que resistiam a ele e esgotando seus potenciais emancipatórios.

Considerando às formas de cooptação mais recentes e de verniz progressista, Fraser (2017) adverte que um feminismo para os 99% não pode distanciar o gênero dos outros marcadores sociais, deve se relacionar a pautas antirracistas, anticapacitistas, ambientalistas, aos trabalhadores imigrantes, ser transinclusivo e anti-imperialista. Dessa maneira, compreendendo a partir de Davis (2017) que o empoderamento – conceito este também apropriado e esvaziado – distante de ser uma ascensão individual ou de um grupo

específico pelo viés social ou econômico, deve ser um processo de avanço coletivo e de melhoria nas formas de vida de todas as pessoas despossuídas.

Diante do cenário, torna-se indispensável atentar as apropriações capitalistas dos movimentos sociais, desmantelando, assim, suas capacidades emancipatórias. Nesse sentido, vale considerar que o avanço dos movimentos sociais não é linear, ao contrário disso, os avanços das mulheres foram seguidos de reações conservadoras. À vista disso, a ascensão da nova direita no Brasil e no mundo aponta que o neoliberalismo “progressista” revela-se bem aceito no tecido social (BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

De acordo com Bobbio (2011), a diferença entre esquerda e direita encontra-se no posicionamento empregado em relação às desigualdades: a esquerda conceberia nas desigualdades um processo a ser enfrentado politicamente, enquanto a direita compreenderia as desigualdades como um dado natural, que pode ser alterado por meio de esforço individual. Considerando isso e que o feminismo é o movimento político em busca de uma igualdade social, seria possível falar de feminismos de direita? A respeito disso, Schreiber (2008) afirma que o feminismo provocou modificações culturais e estruturais que reposicionaram a mulher na sociedade e também abriram espaços para os movimentos feministas defenderem os interesses das mulheres. Em resposta a esse contexto histórico surgem grupos de mulheres à direita, que buscam fazer convergir o conservadorismo e as pautas das mulheres. Esse movimento necessariamente dialoga com o feminismo, por vezes reconhecendo as questões que concernem às mulheres, ao mesmo tempo em que contrapõem as alternativas propostas.

O feminismo tornou-se *mainstream* (Fraser, 2013) nas menções públicas de empoderamento das mulheres que buscam criar uma ideia de um feminismo contemporâneo e popular, que se transpõe numa ligação ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que uma expressão de feminismo popular, o pós-feminismo circula através de uma perspectiva mercantilizada, intensificando a ideia de um feminismo ancorado numa cultura neoliberal (Gill, 2007), um feminismo individual e dirigido a mulheres brancas. É no contexto desta subjetividade feminista que reside o pós-feminismo. Enquanto ideologia neoliberal, incorpora um foco individualista e impulsiona os discursos feministas liberais de independência, escolha e ação. Reputando uma ruptura com a inquirição das desigualdades estruturantes de gênero, a cultura neoliberal reifica os corpos femininos às performances hipersexualizadas (Álvares, 2017) e normativas do ser mulher.

É também nas fronteiras da feminilidade (Álvares, 2017), em que por meio de uma normatividade instrumentalizada pelo neoliberalismo na cultura popular e esvaziando os

programas feministas da sua essência política são acentuadas as relações de poder (Gill, 2007). O feminismo associado ao capitalismo da sociedade de consumo cria a normalização de novas dinâmicas de sexismo e misoginia (Gill, 2016). Através dos usos simbólicos de gênero e da feminilidade, o pós-feminismo se apropria das antigas reivindicações dos movimentos feministas como estratégia de legitimação moral, despolitizando o movimento feminista e mercantilizando-o como produto de cultura popular.

Segundo hooks (2018), a renúncia ao caráter radical do movimento feminista abriu espaço para à incorporação pelo patriarcado de supremacia branca e capitalista. O feminismo desenvolvido e liderado por mulheres brancas e privilegiadas possui contradições e limitações que o tornam vulnerável e sectário, tornando-se o que a autora chama de “feminismo de poder” (hooks, 2018). Assim, esse seria considerado um movimento reformista, em que não há a luta de caráter revolucionário em busca de transformações na própria estrutura social vigente, tendo em vista que suas líderes e representantes (mulheres brancas, de alta escolaridade e de classes sociais e econômicas privilegiadas) visavam tão somente direitos iguais aos homens. Essa lógica reformista atuou e ainda atua no reforço dos princípios brancos, classistas, capitalistas e sexistas da sociedade patriarcal vigente, ao revogar e silenciar vozes e demandas de grupos de mulheres que não são espelhos de suas representantes.

A partir disso, hooks (2018) argumenta que outras perspectivas devem ser integradas a uma teoria feminista que anseie pela compreensão da consubstancialidade da relação entre opressão de classe, raça e gênero. Acredita-se que por meio dessas novas perspectivas, na verdade se aproximam mais de uma percepção das condições concretas da realidade das mulheres em diferentes posições, segundo a autora, podem, de fato, colaborar para a superação de antigos paradigmas opressores e possibilitar modelos reais com vistas à melhores condições de vida para as mulheres.

Ainda por esse ângulo, Fraser (2013), debate que o feminismo se tornou a “empregada do capitalismo” ao lutar contra os papéis de gênero e as desigualdades entre mulheres e homens sem questionar as relações de exploração a que as/os trabalhadoras/es são submetidas/os. Nesse sentido, os movimentos em direção à igualdade salarial entre mulheres e homens foram também passos na direção de uma diminuição da renda do salário, e uma diminuição geral das rendas familiares. Em outras palavras, a emancipação das mulheres, nesse caso, resultaria apenas em uma renovação da exploração no mundo do trabalho. Além disso, Fraser (2017) desenvolve críticas ao que chama de “neoliberalismo progressista”, isto

é, a associação da luta por representatividade e a anuência do modelo vigente de distribuição de renda. É por isso que Fraser (2017) aponta a impossibilidade de resolver questões de gênero e questões de classe como espaços distintos da vida social. Para além disso, assevera que em diversos momentos o avanço de pautas progressistas se dá apenas na proporção em que essas pautas não ameaçam o consenso neoliberal. Desse modo, o progressismo neoliberal seria uma forma de disputa política que despolitiza as relações de exploração.

De outra perspectiva, Dworkin (1983), ao estudar as mulheres situadas politicamente à direita, argumentou que muitas mulheres aliam-se à política conservadora em prol da manutenção do *status quo* da dominação patriarcal por sua representação de espaço seguro. Ao fomentar e explorar o medo das mulheres oferecendo alternativas de proteção masculina, ao passo que propõe saídas de sucesso individuais para as mulheres, Dworkin (1983) acredita que falta às mulheres de direita a tomada de consciência de suas condições de mulheres exploradas. Ao contrário disso, hooks (2018) e Fraser (2017) compreendem que as mulheres podem ter um papel ativo na reprodução de estruturas de dominação. Entretanto, todas as autoras citadas acima, não compactuam com alianças entre o movimento feminista e as pautas conservadoras.

Com base em Fraser (2017, p. 118), entende-se que adquirir uma postura anticapitalista implica em “lutar por arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro”. A reivindicação pela reorientação das relações sociais de reprodução e produção exigem a reflexão acerca de quais as arenas e sob quais formatos essa luta se constrói, se não, a depender da formulação, a proposição corre o risco de desconsiderar a dimensão política. Segundo a autora, é necessário realocar as questões materiais (que aparentam terem sido esquecidas em nome das pautas identitárias) no centro das atuações feministas.

De acordo com a feminista Anzaldúa (2005), na atualidade as estruturas de dominação colonial continuam oprimindo nos níveis econômico neoliberal e epistêmico, especificamente no que se refere aos discursos sobre gênero e/ou sexualidade, inclusive das feministas liberais. A partir da perspectiva da colonialidade, Segato (2005) observa que, apesar dos aparatos jurídicos em relação à violência contra as mulheres e ao feminicídio, nota-se que “a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões. [...] podemos, sem dúvida, falar de barbárie crescente de gênero moderno, ou do que já é chamado 'genocídio de gênero’”.

Cabe inferir que em relação ao genocídio de gênero vemos inovações na maneira de violar corpos femininos e feminizados de forma crescente e sem contenção. Com a expansão neoliberal, é possível entender que

[...] rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de tráfico e comercialização de tudo o que estes corpos podem oferecer, até o seu limite. A ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca até aqui e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos (SEGATO, 2012, p. 3).

Nesse contexto, Anzaldúa (2005) afirma que

Contudo, não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido; fechados/as em um combate mortal, como polícia e bandido, ambos são reduzidos a um denominador comum de violência. O “contraposicionamento” refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo. Porque o “contraposicionamento” brota de um problema com autoridade tanto externa como interna representa um passo em direção à liberação da dominação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir (ANZALDÚIA, 2005, p. 705).

Connell (2016) contribui para o debate na medida em que discute como a América Latina mantém o legado das forças coloniais e patriarcais que silenciaram diversas etnias, outras formas de viver o corpo, gênero e/ou sexualidade e outros modelos sociais. Por isso a importância de pensar gênero a partir do sul. Para Connell,

Um caso particularmente importante da política de gênero indireta é o neoliberalismo. [...] O neoliberalismo é, em princípio neutro em relação ao gênero. O “indivíduo” não tem gênero e o mercado oferece vantagens ao empreendedor mais esperto, não a homens ou mulheres em si. Mas o neoliberalismo não luta pela justiça social em relação ao gênero. Na Europa Oriental, a restauração do capitalismo e a chegada da política neoliberal foram acompanhadas de uma aguda deterioração da posição das mulheres (CONNELL, 2016, p. 109).

A autora ainda evidencia que em países capitalistas ocidentais o neoliberalismo atacou o Estado assistencialista a partir de 1980 e, com isso, modificou expressivamente a vida das mulheres em comparação à dos homens, influenciando a desregulação das relações de trabalho e afetando os empregos em setores públicos em que as mulheres figuram como maioria. Por meio da diminuição das taxas de tributação individual, também reduziu a transferência de renda para muitas mulheres. Além disso, dificultou o acesso à educação pública, que é a principal porta de entrada das mulheres rumo ao mercado de trabalho melhor

remunerado. Para além, o neoliberalismo opera como uma espécie de política de masculinidade concedida à ingerência do Estado nas questões de gênero, as quais afetam os homens. Assim, “muitas políticas convencionais (questões de segurança e de economia) lidam substancialmente com homens ou servem aos interesses dos homens, sem que este fato seja reconhecido” (CONNELL, 2016).

Connell (2016) acrescenta a discussão ao referir-se acerca das políticas da masculinidade e da reforma de gênero. Para a autora, o conceito de masculinidade simboliza um modo de viver e pensar que se apresenta como componente de direção e submissão, ainda que inconsciente, por meio dos quais homens e meninos detém o controle de acesso à igualdade de gênero.

Nesta discussão, Connell (2016) apresenta um estudo de caso sobre empresários no poderoso setor financeiro da economia e aborda o caminho pelo qual a masculinidade se estrutura na ordem mundial de gênero. Para a autora, os padrões de masculinidades “são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais” e são atravessados pela classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais. Sobre os processos reacionários, Connell se posiciona da seguinte maneira

Em uma escala mundial, movimentos reacionários explícitos tem importância limitada. Não obstante um grande número de homens está envolvido com a preservação da desigualdade de gênero. O patriarcado é defendido de maneira difusa. Existe o apoio às mudanças vindo de um número igualmente grande de homens, mas a articulação desse apoio é uma luta árdua. Esse é o contexto político com o qual novas iniciativas em prol da igualdade de gênero têm de lidar (CONNELL, 2016, p. 109).

As alterações na ordem do gênero baseiam-se também em apoios por meio de resistências. Para Connell (2016), globalmente os homens têm muito a perder ao lutar pela igualdade de gênero porque ainda usufruem dos benefícios patriarcais. Ademais, nas instituições os homens controlam coletivamente os instrumentos de coerção e os meios de violência. Sobre questões inerentes a tais premissas, Fraser (2016) afirma que

O padrão que considera as qualidades “masculinas” melhores do que as “femininas” está arraigado nas nossas instituições e práticas sociais, inclusive no direito, na medicina, na cultura corporativa e nos critérios de concessão de benefícios sociais. Não é de espantar que faça parte da mentalidade das pessoas. Mas não é só aí que ele está presente. Pelo contrário. Valores culturais de subordinação das mulheres estão totalmente embutidos nas estruturas sociais que regulam a interação entre as pessoas no cotidiano. Assim, o feminismo não pode se limitar a uma mudança de mentalidades. Também precisamos extirpar os princípios machistas das nossas instituições sociais e substituí-los por outros que fomentem uma participação igualitária de mulheres e homens, entre todas as pessoas (FRASER, 2016, p.3)

Para além dos limites que compreendem as mentalidades, as distinções atravessam a condição dos seres humanos, e para tanto o capitalismo não coaduna igualdade com mercado. Nesse ínterim, “o feminismo liberal serve [...] de álibi para esse canibalismo. É o feminismo liberal que cada vez mais fornece o carisma e a aura de emancipação que o neoliberalismo explora para legitimar sua distribuição de riqueza entre os ricos” (FRASER, 2016, p.2)

Para Fraser (2016), as feministas liberais contribuem para a exploração capitalista:

[...] recrutou mulheres para a força de trabalho remunerado em larga escala, além de exportar produtos industrializados para o Sul global, enfraquecer sindicatos e multiplicar a oferta de subempregos. Isso se traduziu em redução de salários, aumento expressivo do número de horas de trabalho remunerado necessárias para sustentar uma família e corrida desesperada para transferir as tarefas do cuidado a terceiras, com a intenção de disponibilizar mais tempo para o trabalho remunerado. Que ironia tais práticas receberem uma maquiagem feminista! A crítica ao salário familiar feita pelo feminismo, anteriormente contra a desvalorização do cuidado na sociedade capitalista, hoje serve para alimentar a valorização do trabalho remunerado dentro desse sistema (FRASER, 2016, p. 4)

Segundo Fraser (2016), na relação entre o feminismo e o neoliberalismo, é possível descortinar divergências, apontando para as novas (porém tradicionais) formas em que a subordinação de gênero se instaura na sociedade pós-moderna. Para a autora,

[...] surgem de processos estruturais ou sistêmicos nos quais as ações de muitas pessoas são mediadas de forma abstrata ou impessoal. Um caso paradigmático é o que Susan Okin caracterizou como “um ciclo de vulnerabilidade claramente assimétrica e socialmente provocada pelo casamento”. Em que a responsabilidade tradicional das mulheres para o processo de criar e educar os filhos ajuda a moldar os mercados de trabalho que as desfavorecem, resultando em poder desigual no mercado econômico, o que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. [...] Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal (FRASER, 2009, p. 30).

Nas proposições de um movimento articulado do feminismo, Fraser (2016) observa a importância deste se “aliar a outros movimentos sociais progressistas e emancipatórios (contribuindo) com esforços intelectuais e práticos para ajudar a direcionar as mudanças” e destaca possibilidades

Eu gostaria de propor uma estratégia de “reforma não reformista”, para usar uma ideia do pensador ecossocialista André Gorz. Ou seja, reformas que produzam resultados reais nos dias de hoje e, ao mesmo tempo, abram caminho para lutas radicais por mudanças mais profundas e estruturais no futuro. [...] Como eu disse antes, a dominação masculina não pode ser superada sem abolirmos a fixação do capitalismo pela produção econômica em detrimento da reprodução social. É por isso que eu enxergo a busca por transformações radicais como uma pauta mais realista do que a ideia de “romper barreiras”. Mas eu não teria problema se alguém provasse o contrário. Se um novo modelo capitalista for capaz de promover a libertação das mulheres (de todas as mulheres) sem prejudicar outras pessoas, eu

aceito. Bom, então vamos correr atrás de reformas não reformistas e ver no que dá (FRASER, 2016, p.3)

Nesse trecho de sua obra, Fraser (2016), vê a necessidade de associar a crítica feminista à crítica ao capitalismo e reposicionar o feminismo à esquerda. Acerca disso, a autora complementa

Estou sugerindo, então, que este é um momento em que as feministas devem pensar grande. Tendo observado como o violento ataque neoliberal instrumentalizou nossas melhores da transformação iminente na direção da justiça – e não apenas no que diz respeito a gênero (FRASER, 2016, p.3).

Connell (2016) acredita que a igualdade de gênero pode ser um processo bem sucedido para mulheres e homens cujo projeto inclui princípios de justiça social e uma vida melhor para os gêneros. Porém, para tal feito, urge a necessidade de uma reconexão com a crítica feminista anticapitalista em defesa de justiça para todas/os.

O movimento feminista, como prática política, nem sempre tem como perspectiva o pensamento crítico e luta pela transformação das relações sociais de gênero, ainda que por vezes pautando uma sociedade mais livre e igualitária, podem se tratar também de projetos políticos que reforçam a exploração e a dominação que tem historicamente marcado a vida das mulheres. O fato é que existem diversas maneiras de se pensar sociedades mais igualitárias, a título de exemplo desconsiderando o modelo clássico de igualdade próprio dos homens e para os homens, por uma igualdade para as mulheres alcançável na medida em que se busca a desconstrução e a transformação do modelo dominante de igualdade nos limites do capital.

Ocorre que a pluralidade dos sujeitos políticos, tão presente no movimento feminista contemporâneo, têm apresentado entraves no que se refere a desestruturação dessa ordem social que transforma diferenças em desigualdades, e fundamenta relações sociais hierárquicas entre mulheres e homens. Esse dilema deve ser enfrentado como parte do processo dialético de transformação social, além do que, a premissa de igualdade entre mulheres e homens dentro de uma sociedade de classes cuja base é as relações desiguais possui natureza contraditória.

A partir de um olhar voltado para a transformação social, a organização da vida social, dentro de um sistema baseado na desigualdade de gênero, possui como pressupostos a reprodução e a acumulação do capital. Ainda sob essa perspectiva, o fato de parte das mulheres ter acessado a esfera pública, não significa que a dicotomia espaço público-homem e espaço privado-mulher tenha se desfeito completamente, tampouco que os preceitos que

sustentam essa divisão tenham sido transformados. Até hoje se vêem retrocessos em termos de direitos e acesso seguro de mulheres ao exercerem liberdades básicas. Esses aspectos apontam para a importância de que se busque a superação do modelo de sociabilidade existente.

As injustiças nas sociedades capitalistas devem ser compreendidas no seu aspecto material e simbólico, isto posto, a totalidade das injustiças não se combatem só com redistribuição ou reconhecimento devendo o enfrentamento partir desses dois planos. O capitalismo produz injustiças plurais, na medida em que produz tanto as materiais como simbólicas, a respeito disso, Fraser (2003) afirma que o capitalismo é intrinsecamente histórico, podendo existir de maneiras distintas nas sociedades, ainda que com características subjacentes comuns. As distinções centrais, que aparecem ao longo do processo de constituição dessas sociedades e suas trajetórias, possuem uma sequência que pode ser reconstruída de uma forma para outra, de modo que, a atual busque solucionar as dificuldades não superadas anteriormente. Em outras palavras, a sucessora atua de modo a superar os impasses da sua antecessora, podendo o capitalismo se apresentar em diversas fases, como a neoliberal por exemplo.

A crise atual do capitalismo no contexto financeirizado, é uma lógica duradoura que subjaz às suas transformações, nesse sentido, Marx (1985), destaca as características das sociedades capitalistas marcadas pela divisão de classe, em que a instituição do Estado baseada no trabalho e a partir de uma dinâmica de acumulação de Capital se orienta pelo lucro e não pela satisfação das necessidades, tendo, assim, como centralidade absoluta o mercado, que por sua vez, é o grande motor da organização da reprodução social. Ocorre que, conforme Fraser (ANO), esse primeiro plano econômico da sociedade capitalista requer um plano de fundo muitas vezes não econômico, cabendo a teoria crítica descortinar e tornar visível o que está encoberto. Nesse mesmo ponto, Marx (1985) mostrou que a acumulação por meio da expropriação é um processo brutal, que Harvey (2013) chama de despossessão a partir do momento em que olhando para a superfície de um complexo social é possível identificar e entender as condições subjacentes à sua possibilidade.

A reprodução social acontece em maior grau por meio das atividades desempenhadas pelas mulheres, esse recorte de gênero por vezes ocorre fora do mercado, como em ambientes domésticos e associações da sociedade civil, mas que em grande parte não assume a forma de trabalho assalariado ou ao assumir se configura de modo precarizado. Fraser (2013) explica que, a atividade reprodutiva é absolutamente necessária à existência do próprio trabalho

assalariado, assim como também é fundamental para a acumulação de mais valor ao funcionamento do capitalismo, porque o trabalho assalariado não existe sem ser explorado. Analisar a questão da mulher na reprodução da força de trabalho é também evidenciar as ligações entre as relações sociais de produção e os papéis sexuais, conforme Rago (1998). A natureza específica de subordinação da mulher na sociedade capitalista está relacionada ao papel social que desempenham enquanto sexo. Nesse sentido, a autora explica que a função reprodutora natural, estendida e identificada à função de reprodutora social exercida por meio do trabalho doméstico, se dá através de um processo de transposição de caráter natural da função biológica à função doméstica. Assim, no curso da primeira fase do desenvolvimento capitalista, as mulheres foram obrigadas a assumirem tarefas que reforçaram socialmente o papel de esposas, mesclando a assimilação das duas funções, aquela que é efetivamente natural e aquela que é uma atribuição social.

Ainda de acordo com Rago (1998), essa leitura biologizante da mulher não possui fundamentos, já que a capacidade reprodutiva da mulher não a determina a efetuar a produção doméstica invisível, sendo a primeira efetivamente natural e a segunda uma atribuição social. Entretanto, não é um equívoco pensar a produção doméstica como autônoma e configuradora de um modo de produção distinto, pois faz parte do sistema de produção e reprodução capitalista. Ao descrever as funções da mulher no processo de reprodução social - a reprodução biológica da força de trabalho, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais - a autora afirma que a incidência dessas na organização da sociedade é regulamentada pelos objetivos e interesses da sociedade e do Estado. Assim, através da articulação dos interesses o Estado e da sociedade são determinadas as intervenções estatais dos padrões familiares, na capacidade reprodutora das mulheres, da legislação e da política sexual estando relacionados à acumulação vigente. As crises do sistema capitalista ou seus períodos de expansão, a situação do mercado de trabalho são fatores que se traduzem em medidas de estímulo ou desestímulo à essas funções.

Apesar de o trabalho doméstico não criar riqueza, seu exercício contribui para a reprodução da força de trabalho reduzindo para o capital os custos desta reprodução, no entanto, as contradições próprias do sistema capitalista corroboram para alicerçar as mulheres para fora do espaço doméstica e a força de trabalho feminina se torna parte da produção de mercadorias ou da prestação de serviços (RAGO, 1981). Assim, reproduzem-se as condições de classe e reproduzem-se as condições de dominação.

Fraser (2013) revela um traço perverso da relação entre produção e reprodução ao longo da história do capitalismo, em que é necessário transferir o cuidado para outras pessoas dada a quantidade de funções executadas pelas mulheres e a ineficiência dos serviços públicos que poderiam assumir essa parcela do trabalho de reprodução social. Essa terceirização do cuidado que é assumido pelas mulheres mais pobres e as mulheres mais pobres transferem para as mulheres ainda mais paupérrimas.

O regime do capitalismo financeirizado espremeu a reprodução social a um ponto, que Fraser (2013) considera ser uma crise profunda, que no Brasil pode ser observada pelo contrato neoliberal em que o capitalismo é administrado pelo Estado assumindo algumas responsabilidades pela formação e subsistência, para minimizar os impactos inerentes à produção e reprodução no capitalismo. A partir dessa contradição que o neoliberalismo reconfigura radicalmente a ordem de gênero na sociedade capitalista, ou seja, está transformando a reprodução social em um ponto crítico da sociedade capitalista e atualmente em uma contradição estrutural tendo em vista que a economia capitalista ao mesmo tempo em que depende da reprodução social também tende a desestabilizar as próprias condições da reprodução que por sua vez são as condições para o sucesso do capitalismo. Outro ponto trabalhado pela autora é no sentido de que o capitalismo destrói as condições de possibilidade do cuidado configurando outra contradição estrutural a sua existência.

Para além, a reprodução social somada a natureza é transformada em recurso para a manutenção do capital cujo o valor é ao mesmo tempo pressuposto e negado pelo capitalismo, como no caso das atividades do cuidado. A divisão entre natureza humana também possui suas particularidades em cada fase do capitalismo, o que leva à compreensão de que em todas as fases os capitalistas expropriam a natureza sem compensação alguma negando sua finitude, ao passo que na fase neoliberal isso se dá em proporções tangenciais devido ao estado se eximir das responsabilidades. A contradição ecológica é também estrutural, já que o capitalismo depende da natureza e tende a sistematicamente limitar seus recursos, desestabilizando as suas condições naturais (FRASER, 2013).

A terceira contradição, de natureza política, em que o capitalismo depende dos poderes públicos e do Estado, ainda que a fase neoliberal declare que o capital não necessita dos poderes públicos ou do próprio Estado para sua manutenção. A partir de Harvey (2013) pode-se afirmar que o capitalismo sempre ocupou com os seus corpos, ainda que temporariamente, nesse sentido o capitalismo depende dos poderes públicos para fazer valer as suas normas.

Arendt (1975), complementa a discussão ao abordar a lógica imperialista de expansão pela expansão do capitalismo do século 19 na Europa, conseguindo destruir o estado-nação e descortinando a lógica expansiva dos projetos coloniais, ou seja, uma nova contradição. Tendo em vista, que o Estado é territorialmente delimitado, ao mesmo tempo que representa uma proteção para o capitalismo. Nesse sentido, Fraser (ANO) defende que o imperialismo e a opressão social são componentes que integram o capitalismo e se manifestam nas relações de raça, gênero e classe através da exploração e da expropriação.

A questão da raça está presente em todas as fases do capitalismo, no processo de reprodução e evolução social, em que o sujeito racializado é demarcado pelo entrelaçamento persistente e estrutural do capitalismo com o imperialismo e a opressão racial. Para Davis (1981), o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas sim uma ordem social de personificação do capitalismo em que os capitalistas lucram através do sexismo e do racismo visam o lucro de forma estrutural.

Perceber a realidade a partir do modo de produção capitalista inclina ao entendimento da realidade como individual e privada, quando, na verdade, todas/os estão imprescindivelmente inter-relacionados, de forma que são frutos de relações sociais específicas. Essa interpretação fragmentada é reforçada pela maneira como o trabalho é percebido no modo de produção capitalista, em que um trabalho produtor de mercadorias está relacionado ao interesse exclusivo do produtor em seu valor.

Para Marx (1985), essa percepção fragmentada é um fenômeno próprio ao modo de produção capitalista, que por meio do fetichismo da mercadoria influencia a sociedade produtora de mercadorias por meio da ausência de conexão entre os trabalhos privados, estimulando o entendimento de que os elementos sociais da realidade estão fragmentados, ainda que estejam ligados. Davis (1981) explica que as opressões à subjetividade humana não são frutos de fatores externos, nem estão acima da realidade social. As opressões estão conectadas entre elas e também ao modo de produção capitalista que produz não apenas leis econômicas, mas também opressões no trabalho produtivo e improdutivo. As opressões estão interligadas à maneira como o capitalismo se reproduz a cada ciclo e por meio de como modifica opressões anteriores à ele, a título de exemplo a opressão de gênero. O fato é que não existiu modo de produção capitalista sem opressão de gênero e não deixará de existir, ainda que existam possíveis avanços a partir de lutas, enquanto houver modo de produção capitalista (ARUZZA, 2015). Nota-se, a partir daí, que as opressões conectam-se umas às outras, dentro do complexo social que é o capital compreendido como relação.

Nesse sentido, a opressão de gênero adquire outra roupagem no modo de produção capitalista e aparenta fazer parte de sua constituição. Sua produção e reprodução recriam estas opressões, constantemente, segundo Arruzza (2015, p.57). No modo de produção capitalista, que é dialético, os elementos sociais são opostos e relacionados, reconhecendo suas contradições. A respeito disso, Davis (1981), afirma que o racismo e o sexismo são agregados à opressão capitalista, classista. O que não significa referir a inexistência do racismo e do sexismo antes do modo de produção capitalista, mas evidenciar que a realidade é um todo em que as opressões estão relacionadas. Por consequência das apropriações originárias das relações de raça/ etnia e gênero, o capitalismo acaba por ampliar o contingente humano disponível para salários menores, expandindo, conseqüentemente, a sua capacidade de exploração do trabalho associada a essas apropriações.

O capitalismo não é somente um sistema econômico ou apenas um modo de organizar a economia ou a esfera da produção. O capitalismo é mais amplo, é uma ordem social inteira, que organiza a relação entre a produção e a reprodução, a relação entre o mercado e o Estado ou entre a economia e o sistema político. Ele organiza a relação entre a sociedade humana e a natureza não-humana, organiza a relação entre o trabalho explorado pelo salário e o assim chamado trabalho de maiores jornadas. E ele expropriou o trabalho não livre e dependente. Assim, o capitalismo é essa estrutura profunda fundamental da sociedade e uma espécie de eixo principal da assimetria de gênero.

Federici (2017) acrescenta outros elementos importantes para a compressão desse cenário, como a acumulação primitiva também teve o efeito de gerar uma nova divisão sexual do trabalho. A partir dessa perspectiva, a autora discute que a questão do trabalho doméstico, relegado às mulheres na esfera privada, proporciona o surgimento de uma nova ordem patriarcal em que a mulher responde ao homem dentro dessa esfera privada e o homem responde ao seu patrão na esfera pública. A nova ordem patriarcal recai sobre as mulheres exigindo o máximo da sua capacidade reprodutiva biológica, atribuindo à função do sistema reprodutivo feminino uma função mecânica, a respeito disso, a autora destaca o trabalho reprodutivo, em que a nova ordem patriarcal e a divisão sexual do trabalho, de modo que a reprodução social e o trabalho reprodutivo fornece subsídios para a compreensão das relações de poder baseadas em gênero e raça, reconhecendo a racionalização e seus desdobramentos políticos.

O salário cumpre um papel importante no processo de acumulação primitiva ao ponto em que se tornou determinante para se identificar uma relação de exploração em que a mulher

é excluída do trabalho assalariado e acaba por ser inserida no patriarcado do salário. Ao explicar o patriarcado do salário, Federici (2017) afirma que, a estrutura patriarcal consegue se reproduzir através dessa negação do salário causando uma relação de dependência dentro da esfera privada doméstica da casa.

Tal modo de controle e a acumulação primitiva torna-se mais evidente ao pensar que as mulheres historicamente defenderam mais que os homens o acesso aos recursos comuns e foram as mais comprometidas em sua defesa evidência diretamente na reorganização do trabalho reprodutivo, portanto, a reorganização da estrutura de habitação espaço público. Esse processo histórico, passado e presente, da exploração do ser humano pelo trabalho possui função particular na divisão capitalista do trabalho ao mesmo tempo um grito de guerra, pois o combate dessa realidade também modificou o seu conteúdo, em outras palavras, a mulher não é um termo estático e monolítico. Para além, trata-se de uma perspectiva biologista pelo não reconhecimento das diversas possibilidades presentes na biologia e na composição do que é ser mulher considerando a partir de Federici (2017) que, o aspecto material fisiológico desafia a concepção redutível dominante de gênero.

Outro elemento importante para o debate acerca do trabalho produtivo e reprodutivo é a própria divisão espacial que vai se dar a sociedade, Federici (2017) explica que essa separação é também uma separação espacial. A divisão sexual do trabalho dessa nova ordem patriarcal torna o trabalho reprodutivo velado, invisível e racional, não pertencendo ao que é considerado de valor social. Essa transferência espacial do trabalho produtivo e reprodutivo também surge como uma transferência de valor monetário. A história do desenvolvimento das forças produtivas é a história da colonização de ondas recorrentes de fome, do desaparecimento de milhares de espécies e de uma alienação crescente em relação ao mundo natural.

O capitalismo pode se alimentar só da exploração do trabalho, o que Marx (1985) explica ser possível porque a reprodução é inerente ao funcionamento do sistema capitalista, o capital se configura como a forma social dominante que se expande por meio do salário. A respeito disso, Federici (2017) diz que a dominação das trabalhadoras não assalariadas se estabeleceu por meio do salário. Nesse sentido, as lutas feministas por salários não significam adentrar à lógica das relações capitalistas, já que as mulheres sempre estiveram inseridas nelas, mas sim visando a destruição do papel que o capitalismo outorgou às mulheres.

Em linhas gerais, Marx (1985) mostra que a reprodução simples do capitalismo faz parte do seu processo de acumulação, é o valor que se valoriza, mostrando que o trabalhador

não recebe o equivalente de tudo aquilo que produz, tendo em vista que, parte da riqueza produzida é destinada ao capitalista e não retorna para ele, um processo contraditório dialético complexo. A expropriação, também inerente ao sistema capitalista, foi inserida nesse contexto, ao passo que a quantidade de trabalho não-pago que o capitalismo extrai é ainda maior do que a exploração da mais-valia, questão importante para pensar a acumulação primitiva e a expropriação como elementos centrais do capitalismo .

A divisão sexual do trabalho atravessa, configura e modela o mundo, é a fragilidade social das mulheres ao passo que fragiliza a classe inteira em defesa de um projeto de controle da riqueza produzida por elas e do corpo feminino expropriado (FEDERICCI, 2017).

O processo em que a ideia de divisão sexual do trabalho surge e se desenvolve fornece uma elaboração teórica e política para explicar a opressão das mulheres desde os anos 1960 e 1970 até a atualidade. Para maior compreensão dessa categoria, Hirata e Kergoat (2007) indicaram a articulação entre a reprodução e a produção, nas quais se destacam as formas de trabalho não remunerado e remunerado. Entretanto, é preciso avançar a mera incorporação do trabalho doméstico não remunerado. Ampliar as análises para além do seu reconhecimento, é também repensar a complexidade da organização do trabalho por meio dos mecanismos de exploração, apropriação e dominação capitalistas e patriarcais. Para Kergoat (2009), ampliar essa concepção é, sobretudo, reconhecer que a divisão sexual do trabalho possui papel central nas relações de poder, e sua influência para que os homens, como grupo social, exerçam poder sobre as mulheres.

A maneira como a divisão do trabalho produz e reproduz assimetrias entre mulheres e homens, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento de mulheres, produzindo e reproduzindo a subordinação de gênero (SOUZA-LOBO, 2011). As relações sociais de sexo possuem relações antagônicas e hierárquicas entre os grupos sociais de mulheres e de homens, desvelando relações de poder e de dominação. Ou seja, as relações sociais produzem e reproduzem as práticas sociais. A partir desse entendimento, a noção de prática social possibilita, de acordo com Kergoat (1996), pensar práticas concretas de indivíduos e grupos, observar as dimensões simbólicas e materiais e, ainda, recuperar o fundamento de suas práticas. À vista disso, Soza-Lobo (2011) explica que as práticas sociais são reformuladas como estratégia de sobrevivência pelas mulheres e de resistência à subordinação e dominação delas pelos homens. Desse modo, a divisão sexual do trabalho se modifica no espaço e no tempo, marcando os grupos sociais pelo distanciamento entre eles (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nesse sentido, Collins (2015) indica que a hierarquização das opressões reproduz a lógica da dicotômica que pouco contribui para transformações sociais mais profundas, que adensam as bases materiais das desigualdades e a subjetividade dos indivíduos. Para a autora, urge a partir daí, a necessidade de análises com recortes que reconheçam as imbricações de raça, gênero e classe, de modo que, avance a somatória das opressões, bem como a compreensão de que essas dimensões não correspondem à posições fixas, mas sim dinâmicas. De modo que, como dito anteriormente, na divisão sexual do trabalho, o afastamento entre mulheres e homens se mantém ao mesmo tempo em que fortalece a expansão das distâncias entre as próprias mulheres, a partir do ponto que essas relações sociais refazem suas práticas ininterruptamente (KERGOAT, 2016).

Assim, o trabalho passa a ser centralidade nas análises, compreendendo que, a partir de Kergoat (2016), o trabalho doméstico e o trabalho assalariado estão intensamente conectados à divisão sexual do trabalho e às suas transformações históricas ligadas às dinâmicas de organização da sociedade de mercado. Segundo Elson (1994), a capacidade do dinheiro de mobilizar a força de trabalho a serviço do tido como trabalho produtivo necessita de que um conjunto de relações sociais atue de modo a movimentar a força de trabalho a serviço do trabalho reprodutivo. Demonstrar tais aspectos e os mecanismos que os velam, é fundamental para compreender de que maneira o conservadorismo reforça as políticas neoliberais na forma de dimensões patriarcais. Esse trabalho é parte de uma engrenagem maior, que reproduz a economia e a sociedade. E, também, reforça a naturalização de práticas sociais desiguais.

O capitalismo é o motor da crise na sociedade em geral, que para além de uma crise econômica, é uma crise generalizada resultante dos processos predatórios desse sistema que amplia a subordinação de gênero cotidiana estipulando novos moldes ao expropriar o lucro do trabalho feminino e a reprodução social. A opressão das mulheres e a história do capitalismo, tanto na sua forma imperialista, como nas suas facetas coloniais e pós-coloniais, possui uma relação constitutiva. Nesse sentido, não é possível superar a opressão das mulheres dentro do sistema capitalista, visto que as mulheres são parte essencial para a reprodução dele. Para Saffioti (2013), além do pertencimento de classe, existem outros fatores de opressão das mulheres, sendo comum o papel de dominadas, variando conforme o pertencimento. Apesar da centralidade do capitalismo na estrutura de dominação, a condição feminina de opressão é anterior à ele, nele destacam-se marcadores substanciais na vida das mulheres ao longo da história que antecede e ultrapassa esse modo de produção. Nesse sentido, a autora reconhece

a condição própria das mulheres na estrutura de classe e afirma que o capitalismo não inseriu as mulheres no mercado de trabalho, mas sim as alijou desse espaço, destacando, inclusive, que as mulheres são trabalhadoras desde as sociedades pré-capitalistas. Por meio da supremacia masculina, o capitalismo expulsa as mulheres e denomina esse movimento de superestrutura, de modo que “a sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas” (Saffioti, 2013, p. 96-97).

1.1 AS MULHERES E O PATRIARCADO

O poder e a riqueza são inerentes um ao outro. Essa ligação tem sua base nas relações sociais e na apropriação, o que torna os torna elementos fundamentais para compreender as desigualdades, dentre elas a de mulheres e homens. Sabe-se que a lógica de dominação-exploração entre países e classes sociais se faz presente também na atualidade, já que o capitalismo modifica a composição orgânica do capital, tal qual elucidado na lei geral de acumulação capitalista, engendrando novas relações econômicas e novas relações pessoais, acarretando modificações significativas na vida das mulheres. Por meio da acumulação de bens e da distribuição desproporcional da riqueza socialmente produzida emergem as desigualdades. Essa contradição é uma característica intrínseca ao modo de produção o capitalista, em que a acumulação e a miséria são fundamentais para a sua existência e manutenção.

Apesar de o patriarcado preceder à constituição do modo de produção capitalista, é nele que assume suas singularidades, constituindo uma dominação masculina universal e específica. Ou seja, a desigualdade entre mulheres e homens é intensificada no modelo de sociedade capitalista, que possui também suas bases nas relações sociais, alijando as mulheres às condições de inferioridade e subalternidade. As diversas manifestações dessa desigualdade resultaram nas opressões vivenciadas historicamente pelas mulheres, que acima de tudo, são imposições patriarcais.

O público e o privado são espaços ligados e mesclados, ainda que esferas distintas, inseparáveis para a compreensão do todo social. Ao pensar a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso regular a elas, como a formulação de um contrato

sexual de sujeição e dominação histórica da mulher e liberdade do homem, como sugere Saffioti (2004), compreendemos que a liberdade civil não é universal, mas sim dependente do direito patriarcal e atribuída aos homens. Esse paradoxo dos regimes democráticos na sociedade do capital contribui com o direito político e sexual dos homens sobre as mulheres, isto demonstra que, da mesma maneira em que as relações patriarcais e suas hierarquias se desenvolvem, a estrutura de poder contamina toda a sociedade. Para Saffioti (2004), há um contrato no qual o patriarcado moderno se estabelece, convertendo essa diferença em distinção política, passando a se exprimir liberdade ou sujeição entre as partes. Isso se dá porque o patriarcado é uma expressão do poder político.

O patriarcado é como um pacto masculino de garantia da opressão das mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles, estabelecem a manutenção do controle sobre as mulheres como uma categoria social. A respeito dessa questão Saffioti (2004) afirma que neste regime, as mulheres são objetos de satisfação dos homens.

Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve a exploração do corpo por seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão, na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre a mulher; hoje essa relação de dominação-exploração é legitimada apontando para a premissa de que a estrutura patriarcal permanece forte na atualidade, ainda que as mulheres tenham conquistado direitos (SAFFIOTI, 2004).

Essa simbiose se constitui como um único fenômeno, pela face econômica e político-deliberativa, e também, pela face representada pelo controle do corpo da mulher. O fato é que a dominação patriarcal e a exploração capitalista são complementares, e juntas auxiliam na fusão das opressões estruturais de gênero, raça e classe. O homem é visto como essencial, a mulher, como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, à mulher, o outro. Essa apropriação ocorre ora na subjetivação, ora na objetivação. Em contrapartida, sempre que há relação de dominação-exploração, há resistência e luta de classes. Ao mesmo tempo em que as mulheres compõem a ordem civil, são subordinadas de modo a garantir o direito patriarcal dos homens. Saffioti (2004) alerta sobre o contrato patriarcal moderno, pois ao mesmo tempo em que ele possui a liberdade como pressuposto ele a nega.

A subordinação à qual os homens são submetidos na sociedade capitalista não impede que estes subjetivem as mulheres mediante a simbiótica relação de dominação-exploração. Esse capítulo da história demonstra como o patriarcado e o

capitalismo se perpetuam e corroboram um para a existência e manutenção do outro, causando desfechos substanciais na condição feminina.

Nesse sentido podemos dizer, a partir de Piscitelli (2002), que a cada nova expressão de opressão, novas vozes surgem para combatê-la. Entretanto, mesmo que se levantem vozes de mulheres, solitárias ou coletivas, a opressão tem ganhado a maioria das batalhas. Essa derrocada, construída por meio de hábeis estratégias, faz parecer que a opressão é indestrutível. A questão é que o sucesso do patriarcado impede que muitas mulheres consigam pensar a organização da vida humana de forma distinta da dominação do macho direta e de fato.

Ao assumir o controle da sexualidade da mulher e constatar o seu papel de macho na procriação, se incumbindo da superioridade e da transcendência sobre ela e a natureza, o homem passou a exercer o controle da reprodução e do trabalho das mulheres salientando o antagonismo entre as partes.

O exercício de reconhecimento do corpo e da função de procriação natural que ele representa, permite à mulher a sua identificação com a natureza, a partir daí que são elaborados os papéis sociais. Essa questão não leva ao determinismo biológico da subordinação, porque as semelhanças e as distinções adquirem significado de superioridade ou inferioridade quando inseridas em uma estrutura sistêmica de valores construídos culturalmente. É por isso, que Beauvoir (1950, p. 9) explicita que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, em outras palavras, a identidade sexual da mulher é uma construção social e não um dado natural ou biológico. A condição feminina é também um movimento histórico de estruturas de produção e reprodução social, por isso, a elaboração do papel reprodutivo da mulher é cristalizada nas instituições familiares e nas obrigações domésticas. Esses fatos condicionam a sua participação na produção.

Giffin (1991) aponta que a raiz da subordinação das mulheres está no controle da sexualidade delas na sociedade burguesa por meio do papel da família na reprodução das desigualdades de classes. Para explicar essa questão, a autora recorre à história:

[...] No Século XIX, para explicar as crescentes desigualdades sociais nas potências colonizadoras. A manutenção da condição privilegiada da classe dominante, na sociedade burguesa que propagava uma ideologia de igualdade, foi justificada pela hereditariedade de características biológicas superiores. Para sustentar a justificação, ao nível das classes sociais, era necessário, portanto, garantir a reprodução biológica intraclasses que, por sua vez, implicava o controle da sexualidade das mulheres, e seu isolamento social e reclusão doméstica (GIFFIN, 1991, p. 193).

Na medida em que a subordinação feminina colidia com a ideologia de igualdade, caberia às mulheres a aceitação da maternidade como uma função natural e limitante. A maternidade compulsória incidiu sobre a mulher como uma reação em cadeia, já que ao nascer, a prole, exige tempo e dedicação para sobreviver e se desenvolver. Essa relação de dependência básica existiu de alguma forma em várias das sociedades (passadas e presentes), revelando que a diferença reprodutiva entre mulheres e homens levou diretamente à primeira divisão do trabalho baseada no sexo, marcada posteriormente por classes econômicas e culturais que ainda estão marcadas nas raízes de todas as castas (BEAUVOIR, 1950).

Junto ao papel social da mulher, foi designada a vocação natural de criação da prole, sendo reconhecida sem o caráter de trabalho, em que a única compensação seria o prazer intrínseco à procriação. Esse determinismo justifica a invisibilidade do trabalho denominado doméstico. A maneira como os seres humanos se reproduzem e o papel das mulheres no processo reprodutivo, desencadeiam distinções sociais, econômicas e políticas, tornando a mulher uma prisioneira da sua própria condição.

As mulheres são apontadas como responsáveis por um trabalho cotidiano, invisível e desvalorizado, socialmente compreendido como algo vocacional e natural da mulher ou executado por amor. É o trabalho doméstico das mulheres que assegura as condições sociais de vida mais básicas àqueles com quem convivem. Assim, os homens e demais dependentes possuem a certeza de alimentação, cuidado e higiene sem que desenvolvam nenhuma atividade. O trabalho desenvolvido para eles, pelas mulheres, não possui remuneração ou retribuição equiparável aos esforços desempenhados, tendo em vista, que sequer são entendidos como um trabalho.

Do mesmo modo que o trabalho doméstico é visto socialmente como natural, vocacional, e de obrigatoriedade da mulher, a maternidade pode ser considerada um trabalho de gestação, produção e reprodução de populações por meio do parto e da criação da prole. O trabalho da mulher no âmbito doméstico e materno é considerado uma experiência essencial à vida e fundamental para o sucesso feminino dentro da sociedade capitalista.

Apesar de a construção social ter se distanciado da centralidade na mulher, abrindo mão de algumas questões básicas, a função reprodutora possui significado. Portanto, não seria possível reduzir a oposição entre os sexos a um conflito exclusivamente de classes, porque a divisão sexual do trabalho e a divisão por classes econômicas não são capazes de gerar ou explicar a cisão entre mulheres e homens sozinhas. A questão da mulher se difere

das demais, compreendendo, a partir de Beauvoir (1950), que a mulher não deve ser considerada apenas uma trabalhadora, por desempenhar outras funções. A mulher possui além da função produtora, a função econômica, social e individual da capacidade reprodutora.

Apesar do poder do macho ter relações também biológicas, não significa que as mulheres estejam para sempre condicionadas às suas determinações. A humanidade não é apenas uma espécie animal, ela é uma realidade histórica. Nesse sentido, a sociedade humana é uma *antiphysis*, ou seja contra a natureza. Por isso, não se submete passivamente à presença dela, ao contrário disso a controla em prol de si mesma. Essa usurpação é materializada objetivamente na prática (BEAUVOIR, 1950).

É por isso, que mesmo que a questão biológica seja utilizada pelos homens como meio de dominação-exploração patriarcal sobre as mulheres, ao desconstruir os papéis designados a elas e ressignificarem o feminino, as mulheres subvertem a lógica patriarcal. A respeito do assunto, Giffin (1991) explica

No processo dialético do estudo da mulher, pela mulher, a tese mulher é uma categoria biológica foi substituída pela antítese mulher é uma construção social e, finalmente, pela síntese os fatos biológicos foram processados ao nível do social, que inclui as atividades científicas que, por sua vez, reforçaram os estereótipos tradicionais que enfatizam os fatores biológicos (GIFFIN, 1991, p.194).

O social e o biológico não são dois pólos, a mulher é uma categoria biossocial situada em um contexto histórico específico, nesse sentido, não é possível segmentar os fatores genéticos e biológicos dos fatores do meio e da aprendizagem. Os conceitos biológicos/naturais se fundem nas relações sociais, de acordo com Giffin (1991), essa perspectiva exige o entendimento das distinções biológicas entre mulheres e homens, na questão da reprodução, por exemplo, o fato biológico universal é a fêmea com a capacidade reprodutiva. Assim, o recorte biológico é substituído por um fenômeno histórico, coletivo e relacional.

Giffin (1991), afirma

Apesar da importância da sexualidade feminina como objeto da ciência, ao homem cabia o status de sujeito sexual na sociedade: do homem se esperava, desde cedo, o exercício da sexualidade ativa, em contraste com a manutenção da virgindade e a passividade sexual esperada da mulher. Desta ótica, a mulher acumula uma segunda contradição dentro da contradição criada entre o papel feminino nas esferas de produção e de reprodução, há esta contradição situada no interior da esfera reprodutiva. É preciso notar que a comprovação científica do papel biológico do homem na reprodução e na constituição genética dos filhos não tem ampliado a definição social da paternidade como um conjunto de direitos e deveres (GIFFIN, 1991, p. 197).

Um exemplo, da importância da separação entre sexualidade e reprodução é o fato de que a maioria dos meios de controle de concepção está situada na esfera e no corpo feminino, destituindo o papel masculino no processo reprodutivo biológico. Essa desresponsabilização diminui o papel masculino na esfera social da reprodução, em outras palavras, a reprodução é uma questão feminina e a própria contradição entre a função prazer e a função reprodutiva – núcleo central da condição social feminina. É por isso, que Giffin (1991), acredita que ao reivindicar o domínio sobre o corpo, a mulher deve conquistar o controle dos aspectos contraceptivos, sexuais e sociais. Invertendo a lógica de definição social e científica da reprodução como uma questão feminina, demandando maiores responsabilidades masculinas na reprodução biológica e social.

1.2 A REALIDADE BRASILEIRA

Resgatando a concepção de acumulação primitiva, e considerando as relações de exploração territoriais entre os países localizados no centro e na periferia da estrutura econômica internacional, Saffioti (2013) analisa o caso brasileiro e sua condição de economia dependente. As relações internacionais e suas influências no centro interno do país, principalmente por se tratar de um país situado na periferia da divisão internacional do trabalho. A partir desse ponto, a autora desfaz o ideal de que os modos de produção pré-capitalistas seguiram todos uma mesma cronologia, em que consistem escravidão, feudalismo e capitalismo, respectivamente. Ocorre que o Brasil, a título de exemplo, não passou pela economia feudal, já que ao longo do processo colonização foi instituída “[...] uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu” (SAFFIOTI, 2013, p. 203). Por meio da exportação de matéria prima brasileira, e a fim de impulsionar o mercado capitalista europeu após a dissolução do feudalismo, constituindo-se como capitalismo mercantil e também industrial, ao passo que ocupa posição de economia exportadora de matérias primas atendendo aos interesses burgueses.

Desse modo, a exploração dos recursos naturais e o uso de mão de obra escravizada em território brasileiro foram processos relevantes de acumulação primitiva desenvolvidos no Brasil, que se manteve em posição de dependência e subordinação. Essa economia dependente dificultou o processo de industrialização, por conseguinte, a constituição de uma

soberania nacional, bem como dificultou que a mulher brasileira reconhecesse o enfoque crítico de sua condição feminina (SAFIOTTI, 2013). As mudanças na estrutura familiar decorrentes do processo de industrialização e urbanização pós abolição formal da escravidão, trouxeram um modelo de homem como principal provedor da família. Entretanto, as relações entre mulheres e homens foram modificadas, já que as indústrias requereram o trabalho de mulheres e crianças, de modo que todas/os os membros do grupo familiar passaram a depender da depender das necessidades do capital. Faro que, segundo Saffioti (2013) corroborou para revisar a educação femininas e inserir maiores discussões acerca dos direitos ao divórcio e à limitação da natalidade posto que o papel da mulher passava por modificações decorrentes das necessidades industriais. Nessa perspectiva, o padrão colonial de família patriarcal se transformou. No entanto, o padrão patriarcal, no qual mulheres são subordinadas à figura masculina, continua concebendo a socialização de mulheres e homens nas famílias urbanas e rurais.

Os aspectos econômicos, além de dispor de suas próprias determinações, relacionam-se às características naturais dos indivíduos, como raça ou sexo, de modo que, ambas as categorias escondem os mecanismos do modo de produção, em outras palavras, a natureza humana é utilizada para justificar as disparidade fundamentalmente necessárias para a formações economica e social, além de adensar as tensões consebidas pela economia capitalista naturalizando a inferiorização de certos indivíduos que resultam na posição de subordinação nessa estrutura (SAFFIOTI, 2013). Dessa forma,

[...] faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho da mulher o caráter de trabalho subsidiário e torná-lo o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas (SAFFIOTI, 2013, p. 330).

Do mesmo modo acontece em relação aos demais grupos que sofrem os mais variados tipos de opressão, tendo em vista que, são criados estereótipos que contribuem para a marginalização de funções específicas nos processos de produção e reprodução e para a manutenção desse sistema. Ainda que sejam mantidas em condições de subalternidade ao passo que o modo de produção necessita de grandes quantidades de trabalhadoras/es mais baratos. Justifica-se, assim, a razão para a força de trabalho feminina ser absorvida ou alijada no mercado conforme as necessidades que surgem ao longo das diversas etapas de desenvolvimento produtivo (SAFFIOTI, 2013).

Para Saffioti (2013), a superpopulação relativa exerce função relevante, constituindo forma de regular os salários das/os trabalhadoras/es ativas/os, alimentando a competitividade própria das filas do exército de reserva. Outro elemento que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi a distinção entre os salários de mulheres e homens, de maneira que, conforme a autora, os salários industriais mais baixos eram femininos, integrando o que ela chama de “baixo” operariado.

A produção intelectual estadunidense teve papel fundamental na formação do movimento feminista brasileiro, ao passo que os intercâmbios de ideias estrangeiras influenciaram substancialmente o cenário brasileiro, a título de exemplo, como destaca Zucco (2005) a vinda da Betty Friedan ao Brasil em 1971, que proporcionou inúmeros debates sobre o feminismo e gerar um grande movimento. Vale citar também A mística feminina da autora, que inspirou mulheres brasileiras que objetivavam a divulgação do feminismo. Friedan e outras mulheres ajudaram a disseminar o pensamento feminista nas mídias brasileiras.

Uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil foi Bertha Lutz, em 1918, após uma imersão nos movimentos feministas ingleses, trazendo para a realidade brasileira pautas das feministas norte americanas e ressaltando a relevância da integração brasileira ao bloco ocidental (SAFFIOTI, 2013). Esse fator aponta para a tendência de adaptação do Brasil às necessidades de países do centro do capital. Por intermédio dos sufrágio feminista, os feminismos passaram a suscitar questões trabalhistas e de proteção à maternidade/ infância, nesse sentido, Lutz já atuava no campo do trabalho feminino desde 1922 reivindicando a diminuição das jornadas de trabalho. Posteriormente, ao integrar a Câmara legislativa e criar o Estatuto da Mulher, que abarcava diversos direitos, como a licença maternidade remunerada, entretanto, conforme destaca Saffioti (2013, p. 368) “[...] a defesa dos interesses femininos se subordinava inteiramente aos da burguesia empresarial”.

Outro ponto, que Saffiti (2013) refere acerca do Estatuto da Mulher é de que ao mesmo tempo em que parece oferecer vantagens à mulher trabalhadora, essas medidas podem ser complexas numa sociedade de classes, além de contribuir para a diferenciação do trabalho feminino e masculino, fazendo com que o de mulheres seja menos lucrativo, e de certo modo, menos aceito pelo empregador, já que o próprio Estatuto refere que as empresas não devem assumir os custos totais dos casos específicos das mulheres como na licença remunerada, ou seja, gerando salários ainda menores. Por isso, a autora afirma que há por parte de Lutz “[...] uma grande incompreensão dos princípios e mecanismos que regem o funcionamento das sociedades de classes [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 370), pois fornece subsídios para que os

capitalistas justifiquem baixos salários, ou empreguem homens exclusivamente, corroborando com o desemprego e o empobrecimento feminino. Desse modo, conforme Saffioti (2013, p. 371) rejeita “[...] a totalidade das implicações da estrutura de classes para o trabalho feminino, nem as contradições existentes entre a sociedade competitiva e a equiparação dos sexos”.

No que se refere aos salários, o Estatuto de Lutz aborda a questão de maneira controversa, referindo que a mulher tem direito a 10% da renda do marido para uso pessoal como contribuição paga pelos serviços domésticos desempenhados por elas, esse aspecto reforça a ideia de trabalho feminino contido no masculino. Essa noção capitalista, em que a mulher não está trabalhando para o marido, mas sim para que ele se desligue do trabalho reprodutivo e tenha mais tempo para gerar mais lucro pro seu empregador, desse modo, como afirma Saffioti (2013), se caracteriza como uma dupla espoliação, já que a mulher não recebe o que lhe é de direito, e o homem, que já não recebe o equivalente pelo seu trabalho, passa a receber salários ainda menores em favorecimento do capital. Essa emboscada beneficia a classe capitalista ao custo da sobrecarga dos trabalhadores, considerando as mulheres um grupo antagônico a eles, ainda que na realidade pertençam à mesma classe social. Aqui, Lutz assume uma acriticidade em relação a sociedade de classes, como afirma Saffioti (2013, p. 378), “toda sua ação se desenrola no sentido de obter uma expansão da estrutura capitalista no Brasil, de modo a se abrirem novas vias à emancipação econômica da mulher.”

Para além, Saffioti (2013) aborda de que modo o movimento feminista brasileiro auxiliou no avanço nas áreas do trabalho fora do âmbito privado, da educação e da participação social e política da mulher. Todavia, existiram, também, os movimentos políticos que negavam o modo de produção capitalista em suas análises. Como conta a autora, os movimentos anticapitalistas começaram a se organizar ao longo da segunda guerra mundial, e passaram a questionar questões que influenciavam a vida das mulheres e de toda a classe trabalhadora. Nesse sentido, Saffioti (2013) tece críticas aos movimentos feministas que buscam ser autônomos aos demais movimentos e partidos políticos pensando de maneira imediatista acerca da realidade da mulher. Para a autora, esses movimentos são utópicos, porque, não abarcam a transformação estrutural da sociedade, em que os papéis e a posição da mulher são questionados, mas sem alterar as bases em que é assentada e organizada a vida social endossando, ainda que inconscientemente, o modo de produção capitalista (SAFFIOTI, 2013).

O feminismo socialista, para Saffioti (2013), se contrapõe ao feminismo pequeno-burguês, que de acordo com ela, apresenta criticidade ao capitalismo, sendo capaz de compreender a questão da mulher de forma ampla, ainda que não seja totalmente capaz de solucionar todas as situações as quais as mulheres vivenciam. A respeito desse movimento, a autora situa o cenário brasileiro, em que o feminismo socialista ligado aos partidos de esquerda, atuou por muito tempo na clandestinidade a fim de evitar perseguições, fato que fazia com que seu desenvolvimento fosse mais lento do que os demais feminismos.

CAPÍTULO II – MOVIMENTO E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

As reivindicações pelos direitos de liberdade e igualdade¹ despertaram interrogações em mulheres coletivas e solitárias, acerca das desigualdades presentes, motivando o surgimento do movimento feminista por uma sociedade mais igualitária. As relações díspares entre mulheres e homens, culturalmente presentes nas sociedades patriarcais, e atenuadas pela hodierna negação de direitos da classe feminina, evocaram nas mulheres a luta pelos seus direitos de liberdade e igualdade. Ocorre que decorridas lutas, conflitos e divergências, com avanços e retrocessos, as relações entre mulheres e homens permanecem desiguais.

As considerações da ciência política feminista e da teoria feminista em geral atravessam as divisões do sujeito e os limites disciplinares. Isto não é apenas por acaso, uma vez que o poder do sistema de gênero só pode ser compreendido se for perseguido não apenas nos contextos políticos, mas também nos contextos jurídicos, literários, culturais, biológicos, médicos (PERROT, 1928). Assim, os estudos de gênero em ciência política devem estar cientes das descobertas de outras disciplinas, incluindo as ciências da natureza. No sentido da ciência política, a palavra feminista, expressa a intenção de traçar os impulsos emancipatórios nas correntes políticas e científicas que foram estabelecidas pelas mulheres. Até hoje, feminista é sinônimo de crítica, não só em relação às concepções masculinas centradas na universalização ou unilateralidade, mas também em relação às posições científicas.

A primeira tarefa dos estudos das mulheres – descobrir as mulheres – revelou-se imediatamente um desafio abrangente na ciência política, porque a exclusão das mulheres nesta disciplina foi completa: o objeto da ciência política – a política – foi definido de tal forma que as mulheres, as atividades típicas das mulheres e as características atribuídas às mulheres simplesmente não aparecessem, porque as questões da ciência política caracterizavam-se pela exclusão do privado e, portanto, pela omissão dos mundos da vida feminina.

No que diz respeito à própria imagem da disciplina, bem como às omissões do Estado, a pesquisa das ciências políticas sobre as mulheres preocupava-se, portanto, principalmente em mostrar até que ponto o chamado privado era politicamente determinado. Por isso, abordaram questões de ação político-social e paternalismo e atribuição de papéis através da política, por exemplo, através do casamento e da legislação tributária ou regulamentações

¹ Direitos assegurados aos homens do século XIX, a partir da Revolução Francesa, por meio da Declaração do Homem e do Cidadão.

sobre aborto. Assim, elas abordam as seguintes questões: como a política lida com as mulheres? Qual papel as mulheres assumem na política? Qual papel é apoiado e qual é travado?. Enquanto algumas pesquisadoras de ciências políticas femininas buscavam saber como aumentar o grau de participação política das mulheres, outras descobriram que as mulheres já eram muito ativas politicamente de forma não convencional, refutando assim o discurso da "mulher apolítica" (PERROT, 1928).

A história do movimento feminista deve ser preparada como uma estrutura analítica própria para a investigação científica de uma pesquisa empírica. A questão central aqui são quais teorias feministas se tornam relevantes na compreensão e transformação da realidade das mulheres. Além disso, deve-se indagar por quais motivos algumas teorias não questionam a lógica patriarcal que alija as mulheres da sociedade desde antes da constituição do capitalismo, como se adensou nele.

Para a análise empírica, apresentamos uma seleção pontual de variedades de correntes feministas que agrupam sua ampla gama e que representam suposições pertinentes sobre gênero. A partir de uma estrutura analítica, no sentido de uma construção heurística que deve ser aplicada na análise empírica, o capítulo a seguir é construído, de modo que serão referidos espectros de múltiplos objetivos e pontos de partida epistemológicos das teorias feministas. As abordagens mostradas a seguir, serão apresentadas em suas asserções principais, a partir de elementos de conhecimento prático e teoria científica simples, somadas as suas premissas e objetivos epistemológicos, que por sua vez devem servir como uma das formas de compreensão empírica. Assim, explicaremos de forma concisa, a compreensão de feminismo, para depois explicar a relação entre teoria feminista e feminismo liberal especificamente, para identificar pontos de contato.

Os movimentos atuais de política de gênero e as teorias feministas estão intimamente relacionados. À vista do mencionado anteriormente, as teorias feministas compreendem variedades de abordagens e posições diferentes, ainda que, de forma individual sejam semelhantes em suas premissas teóricas, métodos ou objetivos políticos, contrariando assim, o pensamento de unicidade.

A reflexão epistemológica desde o século XIX é o fulcro do pensamento e das teorias feministas. O reconhecimento da natureza parcial e androcêntrica do conhecimento produzido pela ciência moderna fizeram com que as intelectuais e pesquisadoras feministas propusessem diversas formas de apreensão da realidade que suscitaram na construção de conhecimento às vivências de grupos sociais dominados. Em vistas das tentativas de estruturação, faz-se

necessário o uso de recursos necessários para a construção de uma descrição sistemática, ordinariamente presente em pesquisas empíricas, portanto, estas são agrupadas em artigos de consulta geral ou para uso político, a fim de proporcionar um conteúdo específico e diverso sobre o movimento feminista.

A construção da legitimidade dos estudos e pesquisas feministas ratificou-se, sobretudo, em posturas epistemológicas e propostas metodológicas originais que rearticulam a relação entre objeto de estudo e sujeito de conhecimento em torno de uma práxis integradora de projetos políticos feministas aos projetos científicos. A leitura histórica dos movimentos feministas, pode ser defendida sistematicamente aquinhoadada em quatro ondas históricas com base em suas demandas políticas, bem como a maneira como as mulheres lidaram com a sua própria subordinação em cada uma dessas fases e pressupostos epistemológicos precípuos.

Contudo, para começar esta discussão, torna-se pertinente o deslinde em torno do movimento feminista, termo usado para descrever o debate cultural das últimas décadas com os objetivos da emancipação das mulheres, que se desenvolve morosamente até os dias de hoje em diferentes perspectivas com reflexões contínuas sobre o desenvolvimento dos direitos das mulheres em diversas partes do mundo. Dito isto, há algo de especial na história francesa do feminismo: ela surgiu na intersecção da história econômica e social e da história das mentalidades. Para a história social e, ela se orienta pela vida privada, para a história das mentalidades, pela vida política (THÉBAUD, 2000, p.3). Esse contexto específico da França, visto que acontecia um movimento inverso nos países anglo-saxões, dado a importância dos trabalhos sobre a história dos feminismos, parece abrir um campo para uma história geral das mulheres (PERROT, 1928, p. 121). Desta forma, sem dúvidas, pretende-se na discussão evitar uma concepção da história política das mulheres que se aproxime de um relato abstrato sobre a conquista da igualdade de direitos. Tal distinção torna-se necessária para alcançar a precisão no debate, para não tornar do movimento das mulheres uma miscelânea ideológica sem consistência.

Na antiguidade, período que descreve as culturas grega e romana, assim como todos os países que foram influenciados por estas culturas, bem como em culturas posteriores, as mulheres eram excluídas de participar de qualquer forma de vida pública por conta de seu sexo. As mulheres eram seres sem história, confinada ao ambiente doméstico (PERROT, 1928). Esta degradação originalmente teve suas razões no sexo, que foi considerado fisicamente inferior ao masculino. Assim, além da inferioridade física e diferença de gênero, também foi considerado que as mulheres eram mentalmente inferiores aos homens porque a

mulher era apenas um ser emocional e, portanto, não era capaz de tomar decisões racionais, sendo dessa forma considerada incapaz de se envolver em habilidades políticas, as quais eram reservadas aos homens:

É por isso que esse velho discurso retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. 27 É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (PERROT, 1929, p. 161).

Além disso, apresentou-se a inferioridade legal, para além da inferioridade física e mental, na medida em que as mulheres não tinham os mesmos direitos que os homens: o direito à propriedade privada, o direito à educação, o direito à participação e o direito à decisão (THÉBAUD, 2000). Tal representação antropológica da mulher na sociedade contribuiu para que durante anos foi assumido que uma mulher não era considerada como tendo a mesma dignidade humana que um homem, dignidade humana como indivíduo (SILVA, 2018).

A atitude negativa em relação às mulheres se mantém na igreja há muitos séculos. Segundo Fraser (2003), a raiz da subordinação das mulheres reside sobretudo na interpretação errada do ser humano como homem e mulher na teologia e na filosofia, assim como na cultura geral, o contexto sociológico, jurídico e econômico-social. Por causa disso, os homens ocuparam todas as posições importantes de poder na sociedade e na igreja, “abençoando as máquinas, como outrora os sinos, a Igreja simboliza a nova aliança entre a Máquina e o Altar” (PERROT, 1928, p. 35). Desta forma, as mulheres não podiam participar ativamente nas esferas políticas ou eclesiásticas posições de poder, como também não lhes era permitido exercer o direito ao voto. No desenvolvimento do pensamento filosófico, no entanto, ninguém pode negar os méritos de Sócrates, Aristóteles, Platão, Tomás de Aquino, Kant, Hegel, Nietzsche, Schopenhauer, Heidegger e outros, que baseiam suas filosofias em ideias androcêntricas que encontram sua base na visão patriarcal do mundo (RODRIGUES, 2016).

Portanto, de acordo com esta exegese, as primeiras observações dos movimentos feministas como fenômeno e objeto de estudo podem ser encontradas no século no final do século XVII, no início do século XIX e que aumentaram significativamente nos séculos seguintes. Este debate se restringe ao feminismo ocidental, ou seja, às teorias e práticas feministas nos três países nos quais o feminismo se desenvolveu inicialmente, incluindo os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França (PERROT, 1928)).

A definição do que se entende por feminismos não é simples. De forma geral, os feminismos podem ser descritos como um movimento cultural, sociológico, econômico e político que podem visar eliminar as essas estruturas sociais que promovem o comportamento dos homens de dominância e de subordinação das mulheres, e é, podendo, antes de tudo, ser um movimento dinâmico, que tem evoluído constantemente (MATOS, 2010). Isto é reforçado pelas diversas etapas pelas quais o movimento feminista passou desde seu surgimento, a partir do final do século, conforme dito anteriormente, até a atualidade, no qual as feministas têm questionado dentro do movimento, quais os caminhos para eliminar a discriminação contra as mulheres na sociedade, em momentos alegando que se trata de uma sociedade de classes e em outros desconsiderando essa percepção.

Ao longo de suas fases de desenvolvimento, pode-se dizer que o movimento feminista passou por três grandes etapas, nas quais as mulheres, dependendo de sua cultura, educação, status social, sexualidade, conceito, lutaram pela igualdade de mulheres e homens, ainda que algumas correntes feministas insistam em igualdade dentro dos muros ideológicos capitalistas.

Ao assestar a institucionalização do conhecimento, categorias, representações, afirmações e sistemas de pensamento, os estudos pós-coloniais ocupam espaço no campo do pensamento crítico que emergiu nas universidades norte-americanas em meados dos anos 70. Estes questionavam as narrativas que estruturam e deram aos últimos séculos da história global desde a “descoberta” de outros continentes pelo Ocidente, o saber, a modernidade, raça, os conflitos de classe, o liberalismo, o patriarcado, o capitalismo, a família e o universalismo.

Isto posto, para introduzir a discussão, Aldeman (2004) propõe, uma revisão bibliográfica baseando-se em teorias literárias, históricas, antropológicas e filosóficas. Nesta última, é mencionada a emergência no reconhecimento do escritor Franz Fanon, como nome de destaque entre os precursores, a quem se confere importantes contribuições para a desestabilização da visão ocidental hegemônica do mundo ao promover reflexões relacionadas às questões de poder, cultura, colonialismo e sujeitos da colonização, em suas obras. Assim como Fanon, outras/os estudiosas/os compartilham a preocupação de analisar os efeitos do imperialismo, do patriarcado, do colonialismo e do racismo em manifestações textuais e discursivas.

Não obstante, outras/os pensadoras/es da época também contribuíram de maneira relevante às representações presentes na concepção ocidental, desconstruíram seus discursos

de legitimação e questionaram sua reivindicação de universalização. A complexidade na descodificação da desconstrução torna-se evidente a partir do entendimento de que existem diferentes formas no discurso colonialista ou “orientalista” hegemônico, nas doutrinas políticas do nacionalismo anticolonial, bem como no discurso acadêmico, que produz narrativas homogêneas sobre a condição feminina ou um novo binarismo entre a mulher ocidental e a mulher do terceiro mundo (ALDEMAN, 2004).

As feministas do Norte ao estudarem o Terceiro Mundo, consideraram fundamental que as mulheres tivessem as agências políticas de suas próprias vidas e as viram como vítimas. A lógica do colonialismo discursivo proferido por estas traz à tona um conceito importante para esta discussão, a violência epistêmica. Não obstante, Mohanty (1982), nascida na Índia, criada em diáspora indiana na África, migrou para os Estados Unidos, e escreveu acerca de como as feministas estavam colonizando os corpos das mulheres do Terceiro Mundo com suas representações homogeneizadoras que as reduzem a vítimas:

O foco da análise de Mohanty, (...) expõe a diferenciação entre os conceitos de ‘mulher’ e ‘mulheres’: o primeiro relativo ao ‘outro’ ideológico e cultural, que seria construído discursivamente, enquanto o segundo conceito referir-se-ia aos sujeitos reais. A partir disso, argumenta a autora, uma análise pós-colonial feminista deveria denunciar e desconstruir o que foi constituído a partir da noção de ‘mulher do Terceiro Mundo’, já que as feministas ocidentais - denuncia e critica a autora -, arbitrariamente, as ‘colonizaram’ negando-lhes a efetiva heterogeneidade e materialidade, bem como, erroneamente, assumiram através das agendas do movimento um discurso universalista que supostamente incluiria ‘todas as mulheres’. Esse tipo de procedimento, recorrente no feminismo acadêmico ocidental, homogeneiza e sistematiza/banaliza também a opressão das mulheres (CYPRIANO, 2013, p. 16-17).

Ainda nessa perspectiva, de acordo com Cypriano (2013), Mohanty (1982) defende que os discursos feministas acadêmicos reproduzem a mesma ideia ao representar as experiências da mulher ocidental, branca, como a de todas as mulheres, a partir de uma perspectiva etnocêntrica e que suprime a heterogeneidade dos sujeitos em questão. E que ainda se apropria das experiências, lutas e debates das feministas negras. Tal exposição a respeito de um discurso colonialista demandava coragem e ousadia política para a época em que a maioria acadêmica não tinha em relação à hegemonia de teorias Euro-ocidentais e Norte-americanas.

As estudiosas pós-coloniais, por sua vez, apontam suas críticas aos essencialismos feministas, às visões universalistas do patriarcado e das mulheres, de modo que, não apenas dão falsas representações de mulheres que não compartilham as características de “normas de gênero” assumidas, mas produzem discursos que têm efeitos de poder colonizador sobre a

vida das mulheres (COSTA, 2009). Desta forma, Aldeman (2004, p. 20) defende que a teoria pós-colonial quando atrelada à teoria feminista, trabalha “a partir de uma ‘epistemologia da alteridade’: o resgate das experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um *outro* da modernidade ocidental”.

Segundo Costa (2009, p. 11), a existência da “ligação visceral entre as dimensões micropolíticas da vida cotidiana com aquelas do contexto macropolítico e econômico globais” é fundamental para melhor compreensão dessa realidade. Nesse mesmo sentido, Bahri (2013), afirma que a crítica de Mohanty (1982) também incluía as mulheres indígenas e migrantes de cor nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, referindo que elas ocupavam lugares específicos na divisão internacional do trabalho, fator que explica os traços cruciais dos processos capitalistas de dominação e de exploração. Tais mulheres passaram a questionar as perspectivas etnocêntricas dos feminismos urbanos e a rejeitar as representações etnográficas das mulheres nativas como meras vítimas de seus costumes e práticas.

As filosofias e formas de pensar surgiram dentro de espaços críticos políticos e intelectuais, pós-modernistas e pós-estruturalistas. Desta forma, investidos pelo desejo de desconstruir e historicizar discursos, estudar suas interdependências, emaranhados, espaços e relações, de modo que, os estudos pós-coloniais tentam modificar as posições binárias que estruturam a construção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, na América Latina e no Caribe, as mulheres também se organizavam, estava presente a análise de entrecruzamento de opressões relacionadas ao gênero, raça, sexualidade e classe. As feministas utilizaram diversos conceitos simultaneamente para pressionar a matriz da opressão, de modo as questões centrais passam a contribuir, por exemplo, o feminismo negro, que também está fundamentado no Brasil como uma tradição teórica na ação política e no pensamento das mulheres negras, assim com base no discurso histórico e ensaios seminais críticos de mulheres negras que constroem este movimento a partir de diferentes perspectivas, e que juntas articulam e aprofundam a crítica acima feita ao feminismo dominante. Tais análises contribuíram para o desenvolvimento da múltipla hipótese de opressão conhecida como interseccionalidade.

Lorde (1984) apontou a necessidade de reconhecer as diferenças e usá-las como uma fonte de força e resistência. Entretanto, a hipótese de discriminação múltipla, adquiriu relevância, de modo que o desenvolvimento da consciência coletiva permitiu às mulheres negras pensarem além das barreiras impostas pela violência estrutural e pela opressão interseccional de raça, classe e gênero.

A interseccionalidade, dentro de uma ordem de dominação que se refere à organização global do poder, que por sua vez, tem se organizado pelos moldes estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais. Desse modo, em vista às críticas, aos estudos pós-coloniais Norte-americanos e Euro-ocidentais, surge como perspectiva de pensamento o decolonialismo, que inclui espaços e temporalidades de debates em escala global, abordadas pelo *outro* tanto no Sul como no Norte, independentemente de sua história, colonial ou não, mas que são alimentadas por uma consistente relação de domínio e pelo surgimento de novos movimentos sociais.

De acordo com Costa (2009), no contexto Latino-americano é possível encontrar nos discursos de autoras como Rigoberta Menchu, Maria Carolina de Jesus, Dornetila Barrios de Chugara, Silvia Riveira Cusicanqui, Simone Pereira Schmidt, Sandra Regina Goulart Almeida e Liane Schneider considerações sobre os feminismos nos debates pós-coloniais. Contudo, dentro do contexto Latino-americano, as relações coloniais nas regiões indígenas já haviam sido analisadas pelos teóricos do colonialismo interno, entretanto, as feministas pós-coloniais ainda não tinham se situado criticamente nas malhas do poder que o colonialismo reproduzia no espaço acadêmico e político em que operavam.

Neste âmbito, temos produções de grandes pensadoras, como Leila Gonzalez, que começou a articular uma teoria de proposta política entorno da importância da interconexão das experiências de sexo, gênero, raça e classe, relacionadas ao colonialismo e a escravidão, ao mesmo tempo em que, recuperou muitas lutas de resistência não somente de mulheres, mas também de povos. A partir desse movimento, é possível visualizar o racismo presente não apenas nas práticas, mas também nas teorias em que se sustentavam. Assim como o sexismo presente dentro dos movimentos e denunciados por mulheres afro-latinoamericanas e caribenhas.

A partir do século XIX, as mobilizações de mulheres nos Estados Unidos e na Europa, de forma mais recorrente, adquiriram fluxos e refluxos, que ainda que grande parte imperceptíveis desenharam fortes e poderosas ondas, ora na submissão e outrora nas lutas e conquistas do movimento feminista (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020). Tal conjuntura, conforme refere Coelho (2002), sugeriram a existência de no mínimo quatro momentos áureos na história do feminismo, revelados através do que esses feminismos chamam de ondas.

Embora algumas autoras mencionem hoje as cinco etapas de desenvolvimento do movimento feminista, a divisão do movimento consistiu, nos principais estudos dentro dessa perspectiva, na divisão em três estágios de desenvolvimento, dentro dos quais diferentes

correntes feministas se formaram. Vale dizer que, além da divisão clássica do desenvolvimento em três fases, que de certa maneira desconsidera aspectos importantes acerca da história do movimento feminista no Sul Global, foram estabelecidos modelos feministas básicos dos quais outras correntes teóricas têm gradualmente derivado.

As respeito da divisão histórica do movimento em três principais ondas, a primeira onda feminista, situada a partir do século XIX, teve como subsídio o esforço das mulheres por igualdade² através de reivindicações iniciadas no Renascimento e adensadas na Modernidade. Esse movimento reivindicatório adensou constantes mudanças de paradigmas, propondo novos pensamentos nos contextos educacional, social, político e de direitos reservados somente aos homens (DUARTE, 2003). Por meio do conceito de *sujeitos iguais*³, as mulheres passaram a refletir sobre sua própria condição dentro da sociedade e participaram ativamente na Revolução Francesa contribuindo para a disseminação do pensamento iluminista (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

Após a conquista de direitos do homem, decorrentes da Revolução Francesa, agora atribuídos com *status* de cidadãos, sujeitos de direitos, principalmente o direito à propriedade objeto do liberalismo, as mulheres passaram a questionar a razão pela qual, ainda que inseridas nas lutas da Revolução Francesa, junto dos homens, não eram consideradas sujeitos de direitos⁴ (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

A título de exemplo, duas intelectuais, na França Olympe de Gouges, escritora e autora do documento fundante do movimento feminista da época, intitulado *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), ato revolucionário que contrapunha o documento dos homens e argumentava no sentido de que as mulheres deveriam acessar os direitos concedidos aos homens (DUARTE, 2003). Já na Inglaterra, Mary Wollstonecraft, também escritora e considerada pioneira da filosofia feminista, em sua obra *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher* (1792), abordou temas relevantes para o contexto da época e para a atualidade, apontando as desigualdades e discriminações presentes nas esferas política, social, econômica e educacional. Apesar disso, os escritos de Olympe de Gouges e de Mary Wollstonecraft não resultaram em conquistas de direitos às mulheres, contrariamente, ao se opor ao patriarcado, defender a democracia e os direitos das mulheres, Olympe de Gouges foi guilhotinada (ESTACHESKI; MEDEIROS, 2017).

² Acreditava-se que a igualdade seria possível através da educação e da construção de relações mais simétricas entre mulheres e homens dentro do casamento.

³ Ideia filosófica proposta com base na igualdade, liberdade e fraternidade iluminista.

⁴ As mulheres não foram incluídas no documento denominado Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1798), ainda que tenham participado intelectualmente e ativamente da Revolução Francesa.

No século subsequente, XX, as mulheres organizadas iniciaram um movimento feminista denominado como *movimento das suffragettes* ou *movimento das sufragistas*, articulando estratégias na luta por direitos. Entretanto, ainda sem que suas pautas fossem significativamente reconhecidas para além do próprio movimento adquirindo visibilidade na medida em que assumiram condutas mais expressivas diante da sociedade (PINTO, 2010). À luz da época, nos Estados Unidos, as mulheres se movimentavam por direito à igualdade, essencialmente pelo direito ao voto, se aproximando dos homens na luta contra a abolição da escravatura, porém sem sucesso em suas pautas. A respeito disso, vale referir a abolicionista e ex escravizada, Sojourner Truth, que discursou acerca das confluências entre o sufrágio feminino e os direitos das mulheres negras e dos homens negros, assumindo papel fundamental nas reflexões da primeira onda feminista. Para além, o discurso de Sojourner Truth refutou nas mulheres negras a observância e o debate sobre as relações disformes entre elas e as mulheres brancas (SANTOS; AZEVEDO, 2020).

Nesse ponto da história, cabe dizer que, a primeira onda feminista, organizada principalmente por mulheres brancas, se baseava na tríade educação, casamento e direitos iguais perante as leis. A vista disso, Nísia Floresta em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1989), contribui para o debate da época referindo que os homens eram favorecidos ao oprimir as mulheres e que a alteração dessa lógica seria concretizada através da educação, na medida em que as mulheres passassem a conhecer e adquirir novas percepções acerca da sua condição de subalternidade. Por outra ótica, na mesma época, existiam mulheres trabalhadoras, que questionavam as diferenças salariais presentes nas indústrias, constituindo, assim, o movimento operário ou feminismo operário.

O início da primeira onda feminista foi datado por volta da revolução de 1848, adjunta da Revolução Francesa e Americana, embora já houvessem críticas à relacionadas as posições de mulheres e homens no início da Renascença. O Iluminismo no século XVIII, a partir dos abalos no fundamento das civilizações, proporcionou uma base adequada para o início do movimento feminista, dado ao inevitável conflito face à imagem do homem baseada na razão (GOMES, 2011, p.).

A publicação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) de Olympe de Gouges (1765–1766), em réplica à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), tornou-se seminal no feminismo moderno, devido à manifestação dos direitos da mulher como direitos humanos e a acusação à Assembleia Nacional Francesa, Rousseau e os homens em geral de serem os únicos a lucrarem com a Revolução e a forma despótica de controle

sobre as mulheres, ainda que essas possuíssem as mesmas habilidades. Isto posto, torna-se relevante evocar suas contribuições acerca da igualdade legal da mulher como direito humano no início da sociedade civil, contudo, sua visão de justiça de gênero e democracia permanece insatisfeita até hoje.

Ainda na mesma época, a influência do Iluminismo também pode ser percebida na escritora e filósofa inglesa, Wollstonecraft (1792), conforme mencionado por Gomes (2011, p. 44), o arcabouço intelectual da época serviu de terreno fértil para pudesse desenvolver suas observações, contra ou a favor dos princípios compartilhados pela mente iluminista. Em suas obras, a autora demonstra seu profundo conhecimento aos escritos da época. O tema central de suas observações, no entanto, não era a igualdade, como o de Gouges, mas a independência, a autonomia e a educação da mulher. O Dilema de Wollstonecraft, escrito por Carole Pateman, que acompanha o feminismo moderno até hoje, descrevia a dificuldade de se lutar pela igualdade, rejeitando as restrições e imposições da feminilidade tradicional e dos papéis de gênero, e, sobretudo, propondo que a feminilidade, maternidade e as demais experiências e orientações do gênero, sejam o ponto de partida para as políticas emancipatórias e direitos iguais de cidadania (COSTA, 2018).

Como mencionado anteriormente, a revolução industrial e os movimentos sociais influenciaram no desenvolvimento do movimento feminista, uma vez que, de acordo com Pierrot (1928), o domínio da lei paterna e da lei real presente no século XIX representam um momento decisivo para exclusão das mulheres. Em meio às diversas revoluções e movimentos do tempo, as feministas se posicionaram e se organizaram na luta pelo desenvolvimento de seus direitos fundamentais. Assim, a primeira onda do movimento concentrou-se na conscientização pública sobre as questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade. As principais delas foram: a crítica ao patriarcado, considerado o principal agente responsável pela criação das razões sociais e culturais de subordinação da mulher; a exigência pela igualdade nos direitos civis e políticos; o reconhecimento e a valorização da mulher como parceira igualitária dos homens em todos os aspectos da vida social.

Estas e outras exigências semelhantes buscavam superar a visão de que as mulheres eram, por natureza, destinadas apenas à esfera doméstica e possuíam tarefas específicas, ou seja, o cuidado com a casa, o nascimento e a educação de filhas/os, e, assim, sendo excluídas da participação na vida pública e resumidas aos núcleos da esfera privada (PERROT, 1928, p. 162)

As feministas burguesas, ao desenvolverem seu movimento, prepararam o terreno para que o movimento das mulheres proletárias também germinasse e, de certa forma, encorajou forças adormecidas, especialmente na pequena burguesia, que mais tarde trabalharam para alcançar mudanças mais significativas no âmbito da democracia social. Contudo, segundo Perrot (1928), os movimentos das mulheres burguesas e operárias diferem em sua concepção, de modo a defender a emancipação plena da mulher através da reforma social ou da revolução.

Inicialmente, o movimento das mulheres burguesas lançava as preocupações e demandas dentro da ordem econômica e social existente, e, portanto, considerava importante uma unidade independente e organizacional. Por outro lado, o movimento das mulheres operárias, de acordo com seus objetivos, estruturalmente inseridos no movimento das/os trabalhadoras/es socialistas, buscava transmitir à mulher trabalhadora a consciência de classe, e aqui afirmava que o destino destas, como o dos homens, estava ligado ao sistema social e a libertação apenas seria possível através da extinção da forma de sociedade capitalista.

A partir dessa perspectiva, a primeira fase do feminismo antepôs fragilidades para avultar a consciência das questões com os quais as mulheres na sociedade eram confrontadas. A primeira fase do feminismo, também conhecida como movimento sufragista, deu-se com a entrada da mulher na sociedade, após uma longa e árdua batalha, em quase todo o mundo, especialmente, nos países altamente desenvolvidos e de base ocidental. O conceito de igualdade perante a lei como garantia da liberdade e autonomia das mulheres, havia sido implementado iniquamente na legislação, mas teve escassa repercussão na vida cotidiana (PERROT, 1928). Em decorrência dessas experiências, a crítica à igualdade era no sentido de que enquanto o poder de escolha estivesse na competência dos beneficiários da desigualdade e dos opositores à igualdade, o caminho em busca da transformação societária estaria obstruído e, portanto, a legitimidade da lei existente seria pautada. Neste âmbito, para as mulheres, conforme salienta Perrot (1928, p. 183) significava contar com a autonomia ao invés da lei e das instituições Estatais.

Os períodos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial representaram uma espécie de fase de transição para o movimento. A Primeira Guerra Mundial, paradoxalmente, deu nova energia ao movimento transnacional de mulheres e, uma espécie de feminismo orientalista permeou as organizações internacionais de mulheres, basicamente, presumiu-se que as mulheres da Ásia, África, bem como as do Oriente Médio e da América Latina precisavam da liderança das mulheres do Ocidente para encontrar seu caminho para liberdade

e igualdade (MATUELLA, 2017). Assim, embora não houvesse uma agenda internacional feminista unificada, havia evidência de que, como grupo, tinha objetivos em comum para modificar a situação das mulheres na sociedade e que estes objetivos diferiam dos dos homens.

A partir da União das Nações em 1920, o movimento transnacional de mulheres garantiu que os assuntos das mulheres entrassem na agenda internacional e lá permanecessem. Desta forma, as organizações transnacionais de mulheres foram fundamentais para implementar a igualdade de direitos para as mulheres na Carta das Nações Unidas e estabelecer uma Comissão de Mulheres. De modo que, torna-se visível que mesmo durante e após as duas guerras mundiais muita coisa aconteceu em nível transnacional. E que os movimentos feministas não haviam adormecido, mas sim despertado nos anos 70, em razão da persistência das mulheres durante a guerra e o pós-guerra, de certa forma abrindo caminho para a segunda onda (MATUELLA, 2017).

A segunda onda feminista, datada entre os anos 1960 e 1980, repercutiu a partir da percepção de que ainda que existisse a igualdade formal entre mulheres e homens, as desigualdades ainda fundamentavam as *relações de gênero*. A submissão das mulheres despertou questões como a natureza, a feminilidade e o ser mulher. A respeito dessas inquirições, as intelectuais Simone de Beauvoir, Carol Hanisch e Betty Friedan teceram debates indispensáveis ao movimento (CAMPOI, 2011).

Em resumo, Simone de Beauvoir, autora do livro *O Segundo Sexo* (1949), trouxe discussões sobre a existência ou não de uma essência feminina, bem como os aspectos que constituem o ser mulher. Ao questionar o egocentrismo, a filósofa francesa buscou compreender a razão para a constituição do mundo ser estruturada a partir da lógica masculina de dominação e opressão das mulheres (BEAUVOIR, 1949). Carol Hanisch, ativista de relevância para o movimento feminista das décadas de 60 e 70, evidenciou que a alteração da opressão vivenciada pelas mulheres não se tratava de um impasse restrito ao espaço privado, e sim, de importância para a sociedade como um todo. Por meio da afirmação de que *o pessoal é político*, Hanisch, sugeriu a necessidade de pautar a discussão, também, no espaço público, a fim de modificar as relações disformes entre mulheres e homens em todos os campos da vida (SARDENBERG, 2018). Por sua vez, e na mesma época, Betty Friedan, escreveu *A Mística Feminina*, expondo o cenário de sujeição da mulher americana essencialmente restrita ao espaço do lar ou espaço da vida privada, ainda que as mulheres tenham conquistado direitos, sobretudo após a segunda guerra mundial (DUARTE, 2003).

A partir da negativa do modelo tradicional machista, na década de 70 o movimento feminista, agora em expansão mundial, foi marcado pela era das conferências, iniciadas pela Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, bem como movimentos de relevância como o Movimento Feminino pela Anistia e as feministas apoiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Desse cenário em diante, o movimento feminista pós-ditadura militar no Brasil esteve preocupado com o processo de redemocratização por meio de posturas reivindicatórias resultando em implementação de políticas públicas, vinculação com as organizações feministas não governamentais e formação de novos grupos feministas. Para além disso, foram fundadas as primeiras delegacias femininas e a conquista de uma maior autonomia das mulheres na reprodução e no planejamento familiar através de uma perspectiva de saúde integral da mulher (OTTO, 2004).

Nessa etapa da história do movimento feminista, a partir dos anos 1980, houve a inserção das mulheres em campos políticos mais definidos, passando a compor os programas e as plataformas eleitorais, dando início às organizações partidárias e à criação do Conselho Estadual da Condição Feminina introduzindo a terceira onda feminista (COSTA, 2005).

A Segunda Onda do feminismo havia produzido uma infinidade de conquistas importantes, mas que tiveram de ser combatidas arduamente na época. Após o sufrágio das mulheres, as mulheres agora tinham a oportunidade de trabalhar sem a permissão de seus maridos, por exemplo; o acesso mais amplo aos contraceptivos permitiu-lhes planejar suas vidas de uma forma que não era mais determinada pelo biológico; e, o que não pode ser sobrevalorizado, os desafios e obstáculos relacionados à igualdade de gênero haviam se tornado parte integrante da consciência popular.

Segundo FRASER, (2003) o princípio da igualdade do feminismo liberal foi o ponto de partida para a crítica formulada por vários feminismos, especialmente a partir dos anos 70: Não se trata de alcançar a igualdade dentro de um sistema de gênero existente, senão de evidenciar especificidades favoráveis à mulher e torná-las a norma, e assim conseguir a transformação social que não esteja mais pautada pelas normas e valores masculinos. Além destas normas, a visão é que um mundo feminino melhor pode ser criado, pois o feminino é entendido como mais libertador, mais moral e mais socialmente responsável.

Deve-se ressaltar que a segunda onda, não foi de forma alguma um movimento homogêneo, mas que as feministas também ocupavam posições muito diferentes, às vezes diametralmente opostas. Por uma questão de completude, também deve ser mencionado aqui

que as feministas não só defenderam a igualdade durante os altos momentos nas ondas históricas, mas também em outras fases.

A primeira onda do feminismo, com o paradigma de igualdade e movimento sufragista, buscavam a igualdade entre homens e mulheres, adotando implicitamente o gênero masculino como norma para ambos os gêneros. A segunda onda do feminismo, com paradigma de diferença, por outro lado, enfatiza a diferença entre mulheres e homens, mas buscando valorizar o feminino até então pouco valorizado. Já nos últimos anos, uma terceira onda de feminismo surgiu principalmente como uma crítica e reação face à segunda onda, que incorpora progressivamente pensamentos pós-modernos.

No paradigma da diferença, as mulheres são representadas, de acordo na acusação das mulheres da terceira onda, como uma categoria única: todas as mulheres são, em princípio, iguais e, portanto, em princípio, diferentes de todos os homens, de modo que, a afirmação é a seguinte: uma vez que todas são iguais, elas também têm os mesmos interesses e a mesma experiência de opressão que as mulheres – as mulheres são, portanto, um grupo homogêneo em virtude de seu gênero (MATOS, 2010). Nesse sentido, frequentemente chamada de política de identidade, a homogeneidade da identidade feminina resulta, em última análise, na posição política de todas as mulheres.

É precisamente a suposição de que as mulheres são um grupo homogêneo que é criticado pelas feministas afro-americanas, pelas mulheres do Sul e pelas críticas pós-coloniais e pela teoria *queer*, pois estes não se sentem incluídos nesta representação. As mulheres afro-americanas e as mulheres do Sul afirmam que sua realidade de vida produz experiências muito diferentes do que o conceito de gênero homogêneo descrito (MATOS, 2010).

Ainda de acordo com Matos (2010), além de sua origem étnica, as mulheres também diferem em sua classe social ou em sua orientação sexual, o que resulta em diferentes experiências ou interesses. Assim, mulheres em diferentes contextos também têm diferentes interesses e experiências. Sem tornar isto explícito, a segunda onda de feminismo, portanto, na verdade, reflete apenas mulheres brancas, ocidentais, heterossexuais, de classe média, enquanto o contexto de outras mulheres é em grande parte deixado de fora (MATOS, 2010).

Segundo Fraser (2003, p. 36), a posição política deste *outro*, a de subalterno, é considerada uma posição de libertação, uma vez que o subalterno pode se articular, formular sua diferença, se articular e assim trazer sua própria libertação. Quando afro-americana puder demandar como uma afro-americana, a mulher do Sul como uma mulher do Sul, lésbicas

como lésbicas e assim expressar sua diferença, elas falariam com sua própria voz e assim iriam além da opressão (MATOS, 2010). Ao articular sua voz autêntica, grupos subalternos até então excluídos poderiam finalmente se libertar. A autêntica voz da diferença seria, portanto, uma voz de libertação.

A diferença como tal se torna um ideal político, contudo, o reconhecimento acrítico da diferença por causa da diferença não é, portanto. De acordo com Fraser (2003, p 45), uma posição adequada de reconhecimento da diferença deve, portanto, para encontrar respostas teóricas satisfatórias para as questões que surgem.

Uma política de reconhecimento da diferença deve, portanto, em última instância, ser capaz de desenvolver critérios para distinguir as diferenças libertárias das diferenças opressivas, para separar a alteridade legítima da ilegítima (FRASER, 2003). Em segundo lugar, como uma percepção acrítica do *outro*, argumenta-se que tal posição acaba por reproduzir o que procura superar. O objetivo político do reconhecimento da diferença entre as mulheres é, como mostrado, a articulação de uma voz autêntica para a libertação do subalterno (FRASER, 2003).

Essas apreensões e reivindicações feministas que podem ser observadas ao longo da história do movimento refletiram em prol de políticas públicas a partir da década de 80, quando as organizações de mulheres que antes estavam focadas na esfera social, passaram a propor políticas públicas. Essa reorganização política elucidou novas questões para o centro do movimento, construindo um debate acerca da institucionalização e da autonomia.

Com seu início datado em 1990, a terceira onda feminista, marcada pelas diversidades e por um movimento maior de terceirização e propagação de Organizações Não-governamentais (ONGs), surge através um movimento feminista e de mulheres considerado institucionalizado. Essa definição se deu em razão do frequente diálogo com os organismos estatais na formulação e execução de políticas públicas (ALVAREZ, 2014). Sob a égide dos grandes encontros e conferências feministas, manifestaram-se novas noções sobre categorias importantes para o movimento como sexualidade, autonomia e liberdade com o objetivo de mitigar as relações desiguais entre mulheres e homens (MIRANDA, 2015).

Ocorre que ao transmutar as antigas bandeiras em propostas de políticas públicas, as feministas passaram a demandar maior promoção de ações do Estado com o intuito de minimizar as desigualdades entre mulheres e homens. Entretanto, tais reivindicações se mantiveram restritas aos princípios da democracia liberal não se estendendo muito além de igualdades formais. Ainda que com avanços na posição de desvantagem das mulheres na

sociedade, por se tratar de uma matéria histórica presente em todas as esferas sociais, principalmente nas instituições familiares, econômicas e políticas, as conquistas esbarraram na estrutura capitalista liberal. Por esse motivo também, que as mudanças não se caracterizaram por transformações societárias consistentes.

No Brasil, conforme destaca Alvarez (1998), ao longo do processo de reestruturação democrática algumas reivindicações feministas foram institucionalizadas pelos governos, ora pelo interesse do próprio movimento, ora pelos interesses de partidos políticos e governos de capitalizar tais pleitos. Para Pinto (1994, p. 270), a inserção do movimento feminista no Estado, bem como dos demais movimentos sociais, provocou "em perda de um grau de autonomia e em uma real ameaça de perda de identidade".

Segundo a perspectiva aqui exposta, de divisão do movimento feminista em ondas, a terceira desenvolve sua crítica esquematicamente em três fases como defendido por Nancy Fraser em *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação* (2007). Assim, a primeira fase, de acordo com a autora, mostra a homogeneização das mulheres na abordagem da desigualdade e, conseqüentemente, defende o reconhecimento da discriminação contra as mulheres. Em segundo lugar, é mostrado que a própria identidade feminina é apenas uma construção do discurso androcêntrico que é objeto de críticas. Em terceiro lugar, a distinção entre sexo e gênero é desconstruída e a noção de gênero biológico é, em última instância, também considerada uma construção social. Isto mostra que a desconstrução de Judith Butler da noção de gênero biológico, que está repetidamente no centro dos debates sobre as variedades pós-modernas do feminismo, é apenas um aspecto das orientações cada vez mais pós-modernas da formação da teoria feminista.

Ainda pensando a separação histórica do movimento feminista em ondas, embora não exista consenso sobre existência de ondas feministas, principalmente nos estudos mais tradicionais, em razão da crítica à periodização da trajetória do movimento, na quarta onda é evidente que a maneira como os grupos de mulheres, coletivos e a diversidade de feminismos tem adentrado o universo virtual das redes, se mobilizando por meio do ativismo digital ou ciberativismo (CASTRO, 2020). Esse fenômeno de reconfiguração possui contornos específicos que impulsionam o feminismo através das redes sociais desde 2010, com destaque para o ponto de inflexão decorrente das *Jornadas de Junho de 2013*. Ainda que a quarta onda esteja em curso, essa pesquisa buscará contribuir para a compreensão dos aspectos que norteiam e compõem esse período da história do movimento feminista.

Por meio da inserção das diversas formas de se relacionar e de interagir na contemporaneidade, a existência do meio digital tem se configurado como um espaço de produção de ideias, propiciando diferentes maneiras de significação da realidade social (DIAS, 2018). Assim, a partir da disseminação de novos modos de ser e de estar no mundo, as mídias vêm agregando na construção de subjetividades, de modo a difundir padrões sociais de feminilidade e masculinidade ao mesmo tempo em que por outra ótica possibilitam a utilização dos veículos de comunicação para a transformação de estereótipos, bem como, a criação de espaços de atuação feminista (PEDRO E LEMES, 2019; HOLLANDA, 2018). Nesse sentido, a internet estabelece-se, também, como um espaço de disseminação, organização e mobilização da ação coletiva feminista, que por sua vez utiliza-se dos meios digitais para a expansão e a mobilização do movimento, formando um novo formato de ativismo (BABO, 2017), o ativismo digital ou ciberativismo.

A disponibilização dos conteúdos publicados nas redes sociais amplia o acesso às informações sobre o movimento feminista e suas pautas à diversos públicos, contribuindo para a expansão de ideologias feministas e discursos com alcance em maior escala. Tal fator tem impulsionado reflexões acerca dos feminismos contemporâneos, que na quarta onda, protagonizada por mulheres jovens, o feminismo no Brasil passou a priorizar as organizações autônomas e horizontais, se posicionando contrário às lideranças, valorizando o corpo, a performance e as identidades como partes dos protestos, além de utilizar as redes sociais como vetores do ativismo diluindo as fronteiras entre o público e o privado. Ademais, os espaços virtuais são locais de compartilhamento de vivências pessoais como narrativas políticas, fazendo com que esse também seja um mecanismo político para o movimento feminista contemporâneo.

A democratização na construção e divulgação de conteúdos propiciada pela popularização da internet amplia o acesso às ideias a partir da publicação de textos e vídeos nas redes sociais digitais, compartilhando para além dos pequenos grupos e possibilitando por meio da disseminação a construção de identidades feministas entre as usuárias das redes. Desse modo, o campo digital promove a massificação do feminismo e cria uma comunidade de mulheres ciberativistas, a respeito disso Felgueiras (2017, p.119) ao chamar a quarta onda do feminismo no Brasil de ciberfeminismo explica que ela é formada por “jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la”.

A internet também têm funcionado como um espaço para a concepção e propagação de diversas vertentes feministas, a respeito disso, Toledo (2017, p.6) afirma que “vivemos um momento de multiplicação dos campos feministas no qual a internet não atua apenas como ferramenta de organização: ela é uma extensão desses campos”. Além disso, ela reformula de que forma a militância atua dado que “os movimentos sociais também foram transformados e desafiados pelas novas tecnologias tendo que repensar suas estratégias de militância, além de problematizar os seus novos papéis dentro de um território ainda inexplorado e digital (AZEVEDO, 2017, p. 25)”. Nesse sentido, os movimentos sociais estão se transformando ao longo do processo de adaptação às novas tecnologias de comunicação.

Outro facilitador é a redução das barreiras territoriais, fato que a internet oportuniza que os movimentos feministas dialoguem com as ideias desenvolvidas em outros países. Essa atuação transnacional, fortalecida pelos meios de comunicação digitais, possibilita que as discussões e as mobilizações de outros países cheguem ao Brasil.

Todos esses novos contornos do feminismo pós expansão da internet fazem parte da quarta onda do movimento feminista em curso no Brasil. Apesar disso, a dificuldade de acesso às redes digitais por muitas brasileiras/os imperam uma limitação ao movimento. Ainda que, desde 2004⁵, o acesso à internet nos domicílios seja crescente com aumento significativo após 2015⁶ por meio dos dispositivos móveis, há uma parcela significativa de brasileiras/os sem acesso à rede. Ademais, o uso da internet é desigual entre regiões, faixas etárias e classes sociais. Esses dados são importantes para resgatar que a luta feminista também é feita fora das redes digitais e que são múltiplos os espaços de ação do movimento feminista.

2.1 FEMINISMOS: CORRENTES E TENDÊNCIAS

No que se refere especificamente ao feminismo é significativo apontar a sua particularidade polissêmica, a respeito disso, Hawkesworth (2006, p. 746) desenvolve que “o feminismo tem sido concebido de maneira muito ampla, como uma ideia, um conjunto de

⁵ Acesso à internet nos domicílios por meio de microcomputador variando de 6,3%, em 2004, a 25,7% em 2012 (IBGE, 2016).

⁶ Em 2014, mais da metade dos domicílios no Brasil passaram a ter acesso à internet, saindo de 48% em 2013, para 54,9%, o equivalente a 36,8 milhões de domicílios. Em 2015, a expansão continuou ocorrendo, alcançando 57,8%, correspondente a 39,3 milhões de domicílios conectados (IBGE, 2016)

convicções, uma ideologia, um movimento social, e uma práxis”. É por isso que, ao referir feminismos ou movimento feminista, faz-se alusão a multiplicidade de posições e entendimentos sobre essas categorias, em vista disso, o movimento feminista abarca uma pluralidade de sujeitos e perspectivas, que conforme destaca Pinto (2003) marcam a sua história de transformações, avanços e contradições.

Esse campo teórico, que é também um lugar político, se destaca de maneira que “vozes marcadas por diferenças geográficas, sexuais, étnicas, raciais, religiosas, geracionais, convivem, dialogam, disputam e se intersectam, acentuando-se reciprocamente, em variações que muitas vezes nos escapam (SCHMIDT, 2004, p. 17)”. A pluralidade de ideias colabora para a propagação dos discursos feministas e a popularização do movimento, entretanto, essa popularização, do mesmo modo em que viabiliza a construção de novos espaços feministas, também, por outra via, comporta e desenvolve a pasteurização e mercantilização do movimento. Destarte, em uma conjuntura marcada pelo neoliberalismo que coaduna com feminismos alinhados à agenda neoliberal, tendo seus ideais cooptados para a manutenção do sistema vigente.

O movimento feminista pode apresentar cursos fundamentais para a formulação de concepções emancipatórias, liberdades de grupos sociais das mais diversas faces opressoras e construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. No entanto, em razão das multiplicidades das teorias feministas, nem todas elas representam do mesmo modo este interesse, o que em diversas circunstâncias podem adquirir contornos arriscados, dissociados de contextos e sob aspectos próprios da formação social capitalista. Assim, ainda que os feminismos representem esforços pela expansão de direitos, em determinadas situações podem assumir sentidos inesperados se desenvolvendo em prol da manutenção da lógica neoliberal.

Por se tratarem de uma ferramenta política, os feminismos podem assumir interpretações, apropriações e usos imprevistos e contraditórios. Por esse motivo, torna-se circunstancial compreendê-los como pertencentes ao sistema capitalista e imperialista, que em diversos momentos da história utilizou de estratégias para adentrar os movimentos sociais e torná-los extensões dos seus interesses.

Assim, Lauretis (1987) desenvolve que, o movimento feminista não é uma teoria acerca da opressão das mulheres, mas, sim, a luta pela transformação de uma representação de gênero com contradições e ambivalências. Na mesma perspectiva, Halberstam (2011) contribui ao afirmar que toda teoria e prática feministas firmadas no sucesso político estão

suscetíveis aos *feminismos de sombra*, que se caracterizam como assombrações ao tecer críticas aos até então nomeados avanços pelo feminismo liberal, na tentativa de convencimento e acreditação de que, por exemplo, a inserção das mulheres nas esferas de poder é suficientemente revolucionária e que é possível pensar em igualdade dentro dos muros do capital.

O fato é que conforme desenvolve Safiotti (1976, 1984) a exploração, a opressão e a dominação das mulheres são dimensões indissociáveis caracterizadas pela dominação masculina e marcadas pela desigualdade social desde os antepassados até a atualidade, ainda que tenham ocorrido grandes mudanças de ordem social, econômica, política e jurídica no Brasil. Kergoat (1978, p. 44) afirma que “[...] patriarcado e capitalismo se combinam, exploram dominando e dominam explorando”, nesse sentido, a luta contra a opressão vivida pelas mulheres e a emancipação devem caminhar juntas nos movimentos feministas.

Ao pensar a emancipação, Kergoat (2014) a reconhece como um processo de reconfiguração das relações sociais, se caracterizando não pela abolição dessas relações, mas movimento individual e coletivo das mulheres, compreendendo a partir daí que não há emancipação coletiva sem que haja também a individual. Nessa perspectiva, Hirata (2007) afirma que

O processo emancipatório passa por uma consciência de gênero, de classe, de raça, e por um processo de luta contra a exploração, a opressão e a dominação e, portanto, por uma tomada de consciência que é ao mesmo tempo teórica e prática, e esse processo emancipatório tem na centralidade do trabalho a referência dinamizadora por excelência (HIRATA, 2007).

Diante disso, é preciso se atentar às contradições, contribuindo para o debate, Fraser (2013) denunciou as alianças entre o feminismo e o neoliberalismo, já que para a autora, ainda que as reivindicações feministas tenham ocupado os discursos sociais e desempenhado mudanças culturais, os fenômenos descortinados não se reduziram - a título de exemplo as disparidades entre salários de mulheres e homens ou até mesmo a violência contra mulheres. Além disso, a autora demonstra que o neoliberalismo ao se apropriar do discurso feminista o utilizou como estratégia de ideologização das massas pelos aparatos sociais feministas, operando significativamente sob essas reivindicações. A respeito dessa ressignificação do projeto neoliberal dentro do movimento pode-se afirmar que o sucesso do feminismo liberal, em comparação aos demais feminismos, decorre da sua compatibilidade com o regime capitalista neoliberal.

As abordagens de diferença e igualdade podem ser identificadas primeiramente como duas posições fundamentais ao longo das quais as teorias feministas têm sido diferenciadas

desde o início. Enquanto os representantes do feminismo da igualdade estabelecem a igualdade fundamental entre os sexos, os representantes do feminismo da diferença estabelecem uma diferença inescapável. De acordo com Santos e Oliveira (2010), a abordagem de igualdade considera que homens e mulheres têm originalmente as mesmas habilidades, mas que seus interesses, idiosincrasias e talentos se desenvolvem de forma diferente devido à socialização diferente no que se refere aos papéis de gênero. O objetivo dos defensores do feminismo da igualdade é mudar os papéis de gênero socialmente determinados e aproximar homens e mulheres a fim de alcançar a igualdade. A abordagem da diferença enfatiza a alteridade das mulheres apesar de sua igualdade com os homens, enfatizando as “características femininas” e valorizando-as em contraste com a desvalorização social das “características masculinas” (FRASER, 2003).

No que se refere especificamente ao feminismo, é significativo apontar a sua particularidade polissêmica, a respeito disso, Hawkesworth (2006, p. 746) desenvolve que “o feminismo tem sido concebido de maneira muito ampla, como uma ideia, um conjunto de convicções, uma ideologia, um movimento social, e uma práxis”. É por isso que, ao referir feminismos ou movimento feminista, faz-se alusão a multiplicidade de posições e entendimentos sobre essas categorias, em vista disso, o movimento feminista abarca uma pluralidade de sujeitos e perspectivas, que conforme destaca Pinto (2003) marcam a sua história de transformações, avanços e contradições.

Deve-se notar, entretanto, que as abordagens podem perseguir o mesmo objetivo, por exemplo, a participação política igualitária das mulheres, mas querem fazer isto com diferentes justificativas. Assim, representantes da abordagem da diferença propagaram uma cultura alternativa de mulheres e derivaram a necessidade de uma cota de mulheres com a ajuda da ênfase nas diferenças biológicas (MATOS, 2010). As representantes da perspectiva da igualdade não assumem diferenças naturais entre homens e mulheres, contudo, devido à desigualdade entre mulheres e homens, eles enfatizam a necessidade de que as mulheres estejam tão presentes na política quanto os homens, em vez de reduzi-las à esfera privada (MATOS, 2010).

Além das subdivisões em feminismo igualitário e da diferença, (vírgula) outras classificações podem ser feitas, como se verá a seguir, por exemplo, assume três correntes principais: o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo pós-moderno, outros autores acrescentam correntes como o ecofeminismo, o feminismo negro, o ciberfeminismo ou o queer feminismo. Tal variedade de feminismos torna quase impossível apresentar uma

visão geral suficiente. Entretanto, apesar de diferentes pressupostos teóricos, as exigências políticas das feministas muitas vezes diferem muito pouco umas das outras. Contudo, será feita uma tentativa de abordar as especificidades das diferentes correntes e assim fornecer uma visão geral da versatilidade do feminismo, assim, serão apresentados: feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical, feminismo pós-moderno e feminismo negro.

O feminismo liberal segue os princípios do liberalismo político tradicional, oriundos da filosofia da burguesia ascendente. Ele condena o pressuposto de igualdade do Iluminismo, que ainda hoje não foi alcançado, e quer tornar visíveis as conquistas, como também toda a discriminação exercida contra as mulheres, alcançar a igualdade perante a lei e uma melhor participação das mulheres (GANDHI, 2018). Historicamente, é a primeira corrente a surgir, esta foi amplamente aceita tanto na primeira onda do movimento feminino como no início da segunda, e ainda constitui hoje a base do feminismo. Representantes como Olympe de Gouges estavam empenhadas no reconhecimento dos direitos civis e políticos das mulheres no sentido da igualdade, pois, afinal, elas nasciam livres como os homens e, portanto, deveriam ser iguais em todos os direitos. De acordo com Gomes (2011), além da diferença estritamente biológica, Mary Wollstonecraft questionou todas as diferenças naturais entre mulheres e homens nomeadas por Rousseau, tais como a superioridade física dos homens. Assim, ela exigiu que o comportamento de mulheres e homens não seja mais medido por critérios duplos e que o direito das mulheres ao trabalho independente, à educação e à participação na vida cívica e política seja garantido.

Para conquistar a igualdade a nível político, as feministas liberais desenvolveram propostas como o sistema de cotas e outras medidas específicas para o avanço da mulher. (MIGUEL, 2000) Neste contexto, Simone de Beauvoir também defendeu a necessidade de mudar os papéis de gênero, colocando as mulheres alinhadas com os homens, a fim de atingir a igualdade. Em seu livro, *O Segundo Sexo* (1949), a autora desafiou as relações de gênero ao traçar a opressão das mulheres pelos homens ao longo da história. Do mesmo modo que Wollstonecraft, ela enfatizou que, mesmo que a binaridade fosse um fato biológico, a possível maternidade das mulheres não seguia necessariamente esta lógica de opressão. As mulheres são moldadas por seus corpos, mas não dependem delas (MANO, 2019).

O feminismo marxista parte da igualdade entre os sexos, mas quer que isso se aplique na esfera política, jurídica e econômica (CISNE, 2018). Ao passo que as mulheres burguesas não tinham o direito ao trabalho assalariado e o cônjuge seria o seu provedor, as mulheres trabalhadoras muitas vezes não tinham tempo nem energia para o exercício da política,

industrialização trouxe diferentes consequências para elas do que para as mulheres burguesas (PERROT, 1928). Eles não serviam mais exclusivamente ao serviço doméstico e agrícola, mas também como operários de fábrica nas grandes cidades, cuja ocupação não era apenas precária, seu trabalho se caracterizava por um salário irregular (PERROT, 1928).

Em 1848, o Manifesto Comunista de Marx e Engels havia surgido, convidando todos os proletários a se unirem para abolir conjuntamente o capitalismo e introduzir o socialismo como uma forma justa de sociedade. Marx e Engels já haviam abordado a opressão individual da mulher na sociedade capitalista em escritos anteriores e agora reivindicavam o fim da dependência da mulher através do trabalho remunerado e sua organização a nível sindical. Em sua obra, Bebel (1979) reiterou que a propriedade privada e a exclusão das mulheres do trabalho produtivo e a decorrente dependência dos homens eram a causa da opressão das mulheres (ANDRADE, 2010). Da mesma forma, o autor também criticou o fenômeno do trabalho remunerado masculino e do trabalho doméstico feminino não remunerado.

Assim, as trabalhadoras atrelaram a solução da até então chamada “questão feminina” à introdução do socialismo e não quiseram permanecer com suas exigências dentro da ordem capitalista, como fizeram as mulheres burguesas (ABREU, 2018). O feminismo socialista associou assim a opressão da mulher ao capitalismo e ao modo de produção relacionado. Na esteira deste pensamento, houve uma crescente adesão de mulheres aos movimentos socialistas em meados do século XIX. Eles acreditavam que a sociedade só poderia alcançar justiça ao garantir a igualdade das mulheres e acabar com sua exploração, e consideravam esta igualdade revelada através da expressão da própria solidariedade dos trabalhadores. As feministas socialistas, entretanto, não analisam apenas o sistema de classes como capitalismo, mas também o sistema cultural como patriarcado, em que elas mostram uma proximidade com as feministas radicais (CISNE, 2018).

O feminismo radical, no seu começo, começou a partir da igualdade dos sexos. A proposta vai além das exigências do feminismo liberal e enfatiza as diferenças entre homens e mulheres: as mulheres não devem ser envolvidas apenas como agentes políticos e sociais por razões de igualdade, senão porque elas trazem valores e morais diversos à tona (VARIKAS, 1996).

O feminismo radical foi sobretudo influente na segunda onda do movimento feminista. De acordo com (VARIKAS, 1996), as mulheres se opuseram à única responsabilidade que lhes era atribuída para as tarefas de criação e reprodução, o que as impediu de assumir um papel igual no trabalho político. O particular é político foi o *slogan*

que criticou a separação do particular e do político, bem como a dependência e a opressão patriarcal a ele associada (SOUSA, 2016).

O Patriarcado como estrutura sistêmica e sistemática da posição superior dos homens e do masculino foi reconhecido como responsável pelas mulheres que viviam a opressão, principalmente devido ao seu gênero (FRASER, 2003). De acordo com isto, haveria uma uniformidade entre todas as mulheres apesar das diferentes situações sociais. A natureza radical desta corrente pode ser vista em sua compreensão da sociedade, em sua avaliação do feminino e em sua estratégia política e utópica. De acordo com Varikas (1996), o foco do feminismo radical não está nas mudanças nas instituições políticas, na jurisprudência, no trabalho ou no mercado, como no feminismo socialista, mas nas instituições sociais e culturais.

O corpo da mulher tem um peso particular em relação à questão da autodeterminação, de modo que as feministas radicais formularam as críticas mais severas a respeito do aborto, normas sexuais convencionais, contra maternidade obrigatória, o estupro, controle da fecundidade. (VARIKAS, 1996) As feministas radicais também assumem que as mulheres devem criar espaços de desenvolvimento e ação com outras mulheres de acordo com seus próprios princípios, uma vez que a emancipação não pode ser alcançada em cooperação com as estruturas existentes ou em conjunto com os homens.

As correntes do feminismo pós-moderno eram identificáveis nos estudos das mulheres da ciência política nos anos 70 e 80, mas desde então têm perdido seus contornos. De acordo com Fraser (2003), desde os anos 80, os estudos sobre mulheres e gênero têm sido influenciados pelas novas correntes científicas e políticas e pela ingenuidade com a qual as feministas liberais, marxistas, socialistas ou radicais que sabiam distinguir a mulher do homem, se perdeu. Se o movimento lésbico no feminismo radical já havia questionado radicalmente a naturalização da heterossexualidade nos anos 80, os pensamentos do feminismo lésbico foram ainda mais aprofundados no feminismo desconstitutiva. (MATOS, 2010)

As feministas pós-modernas criticaram o conceito de poder de suas predecessoras: O poder não poderia ser compreendido como um sistema patriarcal universal de opressão ancorado em instituições, porque tal concepção ignorou que as mulheres no mundo inteiro experimentam e exercem o poder de diferentes maneiras em diferentes situações sociais (JUNQUEIRA, 2018). Assim, o feminismo pós-moderno, semelhante ao feminismo socialista, começou a incluir outras categorias sociais como classe, raça e etnia.

Em contraste com os feminismos clássicos, os representantes das abordagens desconstrutivistas não estão mais preocupados com os direitos das mulheres, e sim em questionar as categorias de gênero (JUNQUEIRA, 2018). Portanto, além do gênero cultural, o sexo biológico também foi questionado por Judy Butler. Por um lado, estudos de campo realizados por antropólogos estabeleceram que em algumas culturas existem formas de classificação de gênero que transcendem a estrutura da binária com a qual estamos familiarizadas/os, encontrando novas categorias (JUNQUEIRA, 2018). As considerações dadas por Judith Butler vão além da distinção entre sexo e gênero e também descreve o sexo como gerado de forma discursiva. Com isto, Butler entende que a restrição a duas categorias de gênero, o feminino e o masculino, assume como pretexto para exercer dominação e força os fatos biológicos presumidamente tidos como naturais (JUNQUEIRA, 2018).

O feminismo negro, por sua vez, já estava organizado nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970 e lidou com as diferenças entre as mulheres de diferentes cores de pele e origens. As questões de desigualdade econômica e a ligação histórica das relações de classe e racismo são pontos fundamentais neste sentido (RODRIGUES, 2016). A publicação de uma série de escritos de mulheres afro-americanas, as primeiras a transmitir os sentimentos, análises e posições políticas defendidas e a criticar o feminismo branco dominante, conduziu à mudança da consciência feminista (RODRIGUES, 2016). Entre as primeiras, destaca-se bell hooks com a publicação de seu livro *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo* em 1981, o que impulsionou os escritos feministas antirracistas das mulheres do terceiro mundo.

Na condição de países clássicos de migração, os Estados Unidos e o Canadá foram os primeiros a iniciar tais discussões sobre as diferenças nas origens sociais e culturais das mulheres. As mulheres afro-americanas se envolveram na luta pela “igualdade racial” e no movimento feminista desde o início (HOOKS, 1981). No papel de precursora do Feminismo Negro, o hooks nomeia Sojourner Truth, em cujo discurso de 1851, ela usou como base na construção do título de seu livro. De acordo com hooks, Truth foi a primeira mulher afro-americana a expressar diretamente sua opinião sobre o assunto, defendendo publicamente que as mulheres afro-americanas também deveriam ter o direito ao voto se realmente algo pudesse mudar com relação à situação de opressão. Durante a primeira onda do movimento de mulheres do século XIX, as mulheres afro-americana perceberam que estavam à margem do discurso feminista de classe branca e média, então elas, como muitas mulheres do "Terceiro Mundo", começaram a questionar o próprio feminismo. Portanto, Hooks declara: “Todos os

movimentos de mulheres na América desde sua origem inicial até ao presente foram construídas em fundações racistas” (HOOKS, 1981, p. 91.).

Nesta mesma linha, a autora salienta que o conhecimento feminista das mulheres afro-americanas da primeira onda do movimento feminino se perdeu na virada do século e que as mulheres afro-americanas se adequaram em grande medida a um papel patriarcal subordinado:

As mulheres negras do século XX, aprenderam a aceitar o sexismo como natural, um dado, um facto da vida. Nas pesquisas realizadas entre as mulheres negras nos anos trinta e quarenta do século XX quando lhes foi perguntado o nome da força mais opressiva nas suas vidas, o racismo e não o sexismo foi colocado no início da lista (HOOKS, 1981:6).

Assim, nos movimentos de direitos civis dos anos 50 e 60, as mulheres lutaram ao lado de homens afro-americanos contra o racismo, mas não se juntaram inicialmente à segunda onda do movimento feminista porque não percebiam a feminilidade como uma parte importante de sua identidade. (HOOKS, 1981, p.4).

Uma observação interessante que pode ser extraída disto é que enquanto as feministas brancas descobriram “raça” como uma categoria no movimento das mulheres nos anos 80, o contrário acontecia com as mulheres afro-americanas naquele momento: uma sociedade racista as impedia de reconhecer o sexismo como um problema importante para elas mesmas. Desta forma, hooks (1981, p. 4) descreve: “Nós tivemos medo de reconhecer que o sexismo podia ser tão opressivo como o racismo”. Contudo, não eram apenas as próprias mulheres afro-americanas que tinham que se tornar conscientes de sua identidade como mulheres negras, o discurso social, ao mesmo tempo em que o discurso feminista, se engajava ativamente, empurrando-as para a invisibilidade por um longo tempo. Assim, durante muito tempo, as mulheres afro-americanas simplesmente não eram percebidas separadamente dos homens afro-americanos, nem eram percebidas em sua identidade como mulheres (HOOKS, 1981).

A autora toma como exemplo trechos da literatura feminista e mostra como as feministas brancas se referiam a "mulheres" e “negros”, quando, na verdade, referiam-se apenas a elas mesmas, ou seja, "mulheres brancas". As mulheres brancas falavam como "mulheres" e assim assumiam, naturalmente, que representavam todas as mulheres, enquanto elas só podiam falar por si mesmas. hooks (1981, p. 178) afirma: "De Betty Friedan, A Mística Feminina [...], a maioria das mulheres brancas escritoras que se consideravam feministas revelaram nos seus livros que tinham socializadas para aceitar e perpetuar a ideologia racista.". Esta “ideologia racista” é particularmente evidente na comparação feita

pelas feministas brancas entre “mulheres” e “negros”, o que seria completamente desnecessário como comparação se as feministas brancas reconhecessem a existência de mulheres negras:

O mais flagrante exemplo do seu apoio à exclusão das mulheres negras foi revelado quando elas esboçaram analogias entre “mulheres” e “negros” quando elas realmente compararam o status social das mulheres brancas com o povo negro [...] para que as mulheres brancas pudessem reconhecer a sobreposição entre os termos “negros” e “mulheres” (esta é a existência das mulheres negras) e fazer a interpretação desta analogia desnecessária. [...] O que isto indica é que existe na linguagem de todos os movimentos que estão supostamente preocupados em eliminar a opressão sexista, a atitude sexista-racista em relação às mulheres negras. (HOOKS, 1981, p.22)

Desta forma, hooks (1981, p. 98) acusa as feministas brancas de um narcisismo que as cegava diante do fato de que eram racistas e que as mulheres não existiam como um grupo coletivo em uma sociedade capitalista, racista, imperialista, porque não tinham um status social comum. Assim, quando as mulheres brancas da parte movimento de mulheres falavam de *sisterhood* e solidariedade, elas ignoravam os conflitos étnicos e fingiam que todas as mulheres poderiam se unir independentemente das fronteiras de classe ou raça - uma noção que nunca aconteceu na realidade (HOOKS, 1981). Desse modo, através dos escritos de mulheres afro-americanas como bell hooks, um entendimento desenvolvido nas décadas de 1980 e 90, de que as mulheres afro-americanas foram feitas vítimas de uma opressão dupla.

Ao assestar a institucionalização do conhecimento, categorias, representações, afirmações e sistemas de pensamento, os estudos pós-coloniais ocupam espaço no campo do pensamento crítico que emergiu nas universidades norte-americanas nos anos 80. Estes questionavam as narrativas que estruturam e deram aos últimos séculos da história global, desde a “descoberta” de outros continentes pelo Ocidente, o saber, a modernidade, raça, os conflitos de classe, o liberalismo, o patriarcado, o capitalismo, a família e o universalismo.

Assim, para introduzir a discussão, Aldeman (2004) propõe, uma revisão bibliográfica baseando-se em teorias literárias, históricas, antropológicas e filosóficas. Nesta última, é mencionada a emergência no reconhecimento do escritor Franz Fanon, como nome de destaque entre os precursores, deu importantes contribuições para a desestabilização da visão ocidental hegemônica do mundo ao promover reflexões relacionadas às questões de poder, cultural, colonialismo e sujeitos da colonização, em suas obras, *Peau noire, masques blancs* (1952) e *Les damnés de la terre* (1961). Assim como Fanon, outros intelectuais como Edward Said (1973), Homi Bhabha (1994), Gayatri Chakravorty Spivak (1999), Mahatma Gandhi, Amílcar Cabral, Alberto Memmi, escritores africanos como Chinua Achebe e Wole Soyinka.

Compartilham a preocupação de analisar os efeitos do imperialismo, do colonialismo e do racismo em manifestações textuais e discursivas.

De acordo com Aldeman (2004), o livro *Orientalismo* (1978) de Edward Said, amplamente utilizado no ambiente acadêmico, estava inicialmente no campo da crítica literária, com considerações relacionadas com a “teoria do discurso”. Ao focar os principais tipos de representações do Oriente e seus povos que há muito permeiam o discurso ocidental, desafiando, assim, o plano das relações de poder/saber. Contudo, há de se mencionar que outros pensadores da época também deram contribuições relevantes relacionadas às representações presentes no discurso ocidental, desconstruíram seus discursos de legitimação e “questionaram sua reivindicação de universalização”. A complexidade na descodificação da “desconstrução”, torna-se evidente a partir do entendimento de que há diferentes formas no discurso colonialista ou “orientalista” hegemônico, nas doutrinas políticas do nacionalismo anticolonial e no discurso acadêmico, que produz uma narrativa homogênea sobre a condição feminina ou um novo binarismo mulher ocidental/mulher do terceiro mundo (ALDEMAN, 2004).

Os estudiosos pós-coloniais nos mostram em suas críticas aos essencialismos feministas, as visões universalistas do patriarcado e das mulheres não apenas dão falsas representações de mulheres que não compartilham as características de “normas de gênero” assumidas, mas produzem discursos com efeitos de poder colonizador sobre a vida das mulheres (COSTA, 2009). Desta forma, Aldeman (2004, p. 20) defende que a teoria pós-colonial, quando atrelada à teoria feminista, trabalha “a partir de uma ‘epistemologia da alteridade’: o resgate das experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um *Outro* da modernidade ocidental”. Ainda a esteira do pensamento, de acordo com Cypriano (2013), Monhanty defende que os discursos feministas acadêmicos reproduzem o mesmo problema ao representar a experiências da mulher ocidental, branca como a de todas as mulheres, a partir de uma perspectiva etnocêntrica e que suprimia a heterogeneidade dos sujeitos em questão e ainda se apropriava das experiências e lutas debatidas pelas feministas negras. Tal exposição a respeito do discurso colonialista feminista, demandava coragem e ousadia política para a época em que a maioria dos acadêmicos não tinha sobre a hegemonia das teorias da Europa ocidental e norte-americanas. Não obstante, Chandra Talpade Mohanty, nascida na Índia, criada em diáspora indiana na África, migrou para os Estados Unidos, ousou descrever em seu célebre artigo *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses* (em português, Sob o olhar ocidental: o saber feminista e os discursos coloniais),

publicado originalmente em 1982, sobre como as feministas estavam colonizando os corpos das mulheres do chamado “Terceiro Mundo” com suas representações homogeneizadoras que as reduzem a vítimas:

O foco da análise de Mohanty, (...) expõe a diferenciação entre os conceitos de ‘mulher’ e ‘mulheres’: o primeiro relativo ao ‘outro’ ideológico e cultural, que seria construído discursivamente, enquanto o segundo conceito referir-se-ia aos sujeitos reais. A partir disso, argumenta a autora, uma análise pós-colonial feminista deveria denunciar e desconstruir o que foi constituído a partir da noção de ‘mulher do Terceiro Mundo’, já que as feministas ocidentais - denuncia e critica a autora -, arbitrariamente, as ‘colonizaram’ negando-lhes a efetiva heterogeneidade e materialidade, bem como, erroneamente, assumiram através das agendas do movimento um discurso universalista que supostamente incluiria ‘todas as mulheres’. Esse tipo de procedimento, recorrente no feminismo acadêmico ocidental, homogeneiza e sistematiza/banaliza também a opressão das mulheres.” (CYPRIANO, 2013, p. 16-17).

Esta discussão precisaria continuar baseada na compreensão da existência da “ligação visceral entre as dimensões micropolíticas da vida cotidiana com aquelas do contexto macropolítico e econômico globais” (COSTA, 2009, p. 11). Assim, de acordo com Bahri (2013), a crítica de Mohanty também incluía as mulheres indígenas e mulheres migrantes de cor nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, ocupam um lugar específico na divisão internacional do trabalho, explicando os traços cruciais dos processos capitalistas de exploração e dominação. Estas, começaram a questionar as perspectivas etnocêntricas dos feminismos urbanos e a rejeitar as representações etnográficas das mulheres nativas como meras vítimas de seus costumes e práticas. As filosofias e formas de pensar surgiram dentro de espaços críticos, políticos e intelectuais, pós-modernistas e pós-estruturalistas. Desta forma, investido pelo desejo de desconstruir e historicizar discursos, estudar suas interdependências, emaranhados, espaços e relações, os estudos pós-coloniais tentam obscurecer as posições binárias e empobrecedoras que estruturam a construção do conhecimento.

De acordo com Costa (2009), no contexto latino-americano é possível encontrar nos discursos de autoras como Rigoberta Menchu, Maria Carolina de Jesus, Dornetila Barrios de Chugara, Silvia Riveira Cusicanqui, Simone Pereira Schmidt, Sandra Regina Goulart Almeida e Liane Schneider considerações sobre a problemática dos feminismos nos debates pós-coloniais. Contudo, dentro do contexto latino-americano, as relações coloniais nas regiões indígenas latino-americanas já haviam sido amplamente analisadas pelos teóricos do colonialismo interno, para citar alguns exemplos. Entretanto, as feministas pós-coloniais

ainda não tinham se situado criticamente nas malhas do poder que o colonialismo reproduzia no espaço acadêmico e político em que operavam.

Desse modo, em vista às críticas, aos estudos pós-coloniais norte-americano e europeu ocidental, nasce a perspectiva decolonial que engloba espaços e temporalidades de protesto em escala global feitas pelo *outro* tanto no Sul como no Norte, independentemente de sua história, se ela é colonial ou não, mas alimentados por uma consistente relação de domínio, e pelo surgimento de novos movimentos sociais. O pesquisador peruano Aníbal Quijano, cunha o termo *colonialidade do poder*, no lugar de pós-colonialismo, em razão da natureza epistêmica, tendo em vista os objetivos da autoridade universal e da hegemonia do conhecimento e dos discursos ocidentais, enquanto, o termo colonialidade do poder, aborda e evidencia em suas discussões os sistemas ocidentais de conhecimento e suas representações históricas de subordinação material e política do Ocidente como não ocidental (LUGONES, 2014).

Não obstante, vale evocar aqui Sartre no prefácio de *Os Condenados da Terra* (1961) de Franz Fanon, escreveu que mudar esta visão colonial requer a erradicação do colono em cada um de nós. Assim, em relação ao pensamento de colonialidade de Quijano, o autor defende que “o sistema de poder global, capitalista, moderno colonial (...) encontrou-se não com um mundo a ser estabelecido” (LUGONES, 2014. p. 7). Na América Latina, a perspectiva decolonial representa uma forma alternativa de pensamento que decorre da especificidade política e histórica das próprias sociedades. Em vez de simplesmente examiná-las, esta perspectiva contínua os debates sobre o colonialismo, a filosofia da libertação, a pedagogia dos oprimidos e as teorias da dependência vai além das análises do sistema mundial que se concentram na divisão internacional do trabalho e nas lutas militares geopolíticas dentro dos processos de acumulação capitalista global.

CONCLUSÃO

A crescente concentração de poder econômico e a lógica de operação do capitalismo financeirizado atual têm minado o caráter público das democracias, assim como, a capacidade política e administrativa dos estados nacionais. Outro ponto que contribui para o esgarçamento da dimensão pública da política é a própria noção de coletividade dentro de uma lógica econômica pautada na competição, característica na qual a racionalidade liberal que constitui o sujeito enfraquece os vínculos e restringe a imaginação política. Além disso, o

momento atual, não se trata de uma ideologia mas de um novo regime de evidências, em que se está diante de regimes políticos e de evidências que naturalizam a desigualdade e operam no sentido de restringir alternativas e utopias igualitárias, assim, elegendo como inimigos atores coletivos que as representam as esquerdas através das agendas de direitos humanos.

Esse esvaziamento da dimensão pública da política e a etapa atual do capitalismo como dito anteriormente, caracterizada pela financeirização da economia global, em que a curva ascendente de concentração de renda em todo o mundo desde os anos 80, que teve como exceção a América Latina em que ocorreu a partir do início dos anos 2000 até aproximadamente 2012, tem como sua contraparte política o controle das democracias por elites econômicas e grandes corporações, um pêndulo voltado para padrões característicos de períodos pré democráticos, olhando para os países do norte e para um novo ciclo de colonização no mundo em que historicamente a promoção desses locais de posições de mando e os padrões de expropriação tornaram ainda mais rara a democratização do estado, que atualmente tem mais uma vez sua dimensão repressiva acentuada em sociedades nas quais o processo de militarização coincidem com a retirada de direitos sociais conquistados nas últimas décadas. É a partir desse quadro que se situa a relação entre o fenômeno diretamente ligado à concentração de poder econômico e a perda de capacidade dos estados nacionais aos conservadorismos que tem como um de seus eixos principais a reação contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual.

A concentração de renda e a recolonização dos países do Sul, bem como as garantias trabalhistas e sociais, tem relação com o peso adquirido pela moral sexual através da apologia à família e pelos novos esforços de naturalização de convenções a respeito do papel de mulheres e homens na sociedade. Nesse sentido as conexões entre neoliberalismo e conservadorismo com o familismo estão na base dessa realidade, dadas as famílias e a divisão sexual do trabalho, as mulheres assumem nas famílias a responsabilidade prática pela reprodução social à ilusão de que a sociedade é feita de um conjunto de indivíduos independentes e livres para decidir, quando as mulheres, então submetidas ao trabalho não remunerado e desvalorizadas pelo cuidado que executam. Assim, estamos diante de um contexto histórico de fortalecimento do neoliberalismo e dos efeitos reais das políticas neoliberais que sobrepostos aos padrões convencionais da divisão sexual do trabalho acentuam as disparidades entre os salários de mulheres e homens, e restringem a possibilidade de participação das primeiras na vida pública. No entanto, por meio da incorporação de perspectivas de gênero por organismos internacionais, os movimentos feministas são

fortalecidos no contexto nacional, estimulando os estados nacionais a adotarem políticas igualitárias e de reconhecimento da diversidade.

Apesar das conexões originais entre o neoliberalismo e os conservadorismos é preciso entender suas diferenças, enquanto a politização dos direitos foi uma forma, restrita à parte, neoliberal e globalizante, os conservadores religiosos já expressavam sua resistência por meio de uma campanha conservadora contra a igualdade de mulheres e homens.

Outro fator que corrobora com esse cenário, é o de que o familismo se constitui como um ponto de convergência entre o capitalismo neoliberal e os conservadorismos. Nesse momento, as raízes da desproteção estão em desmonte progressivo de direitos, que sem dúvida são frágeis, mas também se encontram em baixa efetividade histórica em países nos quais as desigualdades são profundas. Ao mesmo tempo, as transformações no modo de configuração das famílias e na vivência da conjugalidade, da parentalidade, dos afetos e da sexualidade são reais e podem estar entre as fontes de insegurança exploradas politicamente por movimentos anti igualitários e antidemocráticos. A partir dessa conexão, entre a proteção e as inseguranças, em um mundo que passa de fato por intensas transformações nas relações de gênero, é que se situam as razões pelas quais as noções convencionais de família, que se fortalecem em alguns públicos a desproteção social e a restrição das alternativas coletivas. Ou seja, a pressão para que as famílias sejam funcionais em sociedades disfuncionais são reposicionados politicamente à lógica neoliberal tornando mais frágeis os vínculos e a possibilidade de mantê-los.

Os processos históricos corroboram com as baixas expectativas em relação à política associada à lógica neoliberal em que alternativas coletivas à desproteção e à dificuldade de se manter os vínculos parecem escassas, de modo que as questões das mulheres são colocadas como de ordem moral em vez de socioeconômica e política. Desse modo que as disputas em torno da agenda de gênero compõem atualmente a crise das democracias liberais e se caracterizam como uma chave na conexão entre conservadorismos e o esvaziamento da busca de alternativas coletivas a essas questões. Nesse sentido, a família se apresenta como um ponto de convergência entre diferentes conservadorismos e se conecta à restrição da dimensão pública da política apoiada em uma lógica orçamentária e traduzida na privatização e na retirada de direitos sociais. Ou seja, de um lado a restrição de direitos individuais de minorias apoiada na noção de maioria moral e de maioria cristã. E de outro, as unidades privadas familiares responsabilizadas pela reprodução social em uma economia de desproteção.

Assim, novas formas autoritárias de controle sobre a sexualidade e as subjetividades ganham legitimidade política em contextos nos quais as inseguranças derivadas da desproteção social estão sendo traduzidas como questões de ordem moral, contribuindo, desse modo, com dimensões desiguais. Apesar das famílias responderem de maneiras distintas, conforme suas condições socioeconômicas e suas posições nas relações sociais, ao responsabilizar famílias, as mulheres são em mesma medida responsabilizadas.

De fato, existe uma contradição entre o crescente movimento feminista e as lutas das/os trabalhadoras/es e das trabalhadoras no Brasil. Esse debate se insere nos campos econômico e social, de modo que socialmente a vida da mulher trabalhadora em um país como o Brasil é diferente da vida de um homem trabalhador. Isolada a questão de classe, por meio de uma perspectiva marxista, em um país em que a estrutura de cuidados é sociologicamente e subjetivamente vinculada aos afetos e que a estrutura de trabalhos não remunerados às mulheres se dá em um país como a Inglaterra. No Brasil, o contexto é distinto, pois a situação das mulheres se dá em um país cujo o Estado é absolutamente inexistente do ponto de vista de políticas públicas elementares para a emancipação das mulheres.

A partir disso, considera-se a existência de uma crise que não é só brasileira, mas sim uma crise de um sistema mundial que acomete todas as economias do mundo e que apresenta saídas de diminuição do Estado e em que se diminuem as saídas de austeridade e se restringem os investimentos estatais nessas políticas, mas que não punem igualmente todas as pessoas. Historicamente isso se apresenta na possibilidade de emancipação ou não das mulheres, de modo que essas tem se dirigido às ruas em busca de saídas para o fato de que as mulheres são mais punidas do que os homens e agregadas a isso as questões de gênero, raça e classe no Brasil, representando um processo de avanço da consciência das mulheres e dos feminismos.

As respostas possíveis a partir da perspectiva marxista, expõem como o movimento feminista não deve se limitar ao empoderamento individual de algumas mulheres, já que adensa uma estrutura de classes em que a desigualdade é um grande pilar para sua existência e manutenção. Ou seja, a economia, nessa estrutura, objetiva apenas a obtenção de lucro, apropriado por uma parcela menor e específica da população, tornando impossível pensar a emancipação de todas as mulheres nos moldes do sistema capitalista baseado nas desigualdades. Ao passo que o capitalismo se consolida por meio da acumulação primitiva, pode-se observar de que maneira esse sistema se apropria de opressões anteriores ao

capitalismo buscando maiores lucros para os capitalistas, intensificando os obstáculos para a união das/os trabalhadoras/es contra o capital e construindo estratégias para acelerar o processo de acumulação primitiva e intensificar as estratificações no âmago da classe trabalhadora, de modo que a exploração é intensificada e os movimentos de enfrentamento a essa realidade são dissolvidos ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento de novos movimentos de resistência.

A partir da revisão bibliográfica, foi possível compreender que as transformações não são possíveis por meio da legitimação da manutenção de uma elite feminina que reproduz opressões, tendo em vista que, a ascensão individual não altera a estrutura da sociedade de classes, ao contrário disso, as mulheres em desvantagem tendem a serem mais oprimidas e exploradas para que uma parcela pequena de mulheres ascendam socialmente.

As contradições próprias do feminismo liberal, em que é observado apenas o caráter imediatista, ignorando a impossibilidade de ruptura dos limites perpetrados no sistema capitalista. Nesse sentido, para superar a opressão das mulheres, é fundamental observá-la por meio de uma ótica anticapitalista, com criticidade, questionando a perspectiva liberal de feministas como Friedan, que analisam o todo isolado contribuindo para a teoria e prática política em favor dos interesses da classe capitalista. Como visto anteriormente, a autora se posiciona de modo que a emancipação da mulher é alcançada individualmente a partir do próprio sucesso às custas da exploração de outras mulheres.

O feminismo liberal isola ao plano individual uma análise que deve ser realizada a partir do plano da estrutura política e econômica capitalista que se alimenta a partir da manutenção de opressões como as vividas pelas mulheres. Desse modo, a sociedade de classes mistifica a desigualdade intrínseca a ela e a sua inabilidade de incorporar todos os indivíduos ao mercado de trabalho. Assim, o sexismo não é um fim em si mesmo, mas uma alternativa identificada pelo modo de produção capitalista como forma de justificar e naturalizar a subordinação feminina e a exploração das mulheres. Esse cenário, em que no âmbito produtivo, as mulheres ocupam a periferia do sistema, recebendo por isso salários menores e péssimas condições para execução do labor, do mesmo modo que na esfera reprodutiva, não há reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ou pagamento por ele.

A acreditação do homem de que está se favorecendo com a subordinação das mulheres, quando na realidade o seu poder é uma pequena parte frente ao poder da classe capitalista, que é a maior beneficiada com a exploração a partir do trabalho não pago e dos salários menores. Outro ponto, é que o poder do macho ao oprimir as mulheres, também é

impactado com os produtos dessa organização social já que implica na renda familiar. Assim, esse mesmo homem, necessita trabalhar mais e é mais explorado para sobreviver com a sua família, e passa a colaborar para o fortalecimento do modo de produção que o explora.

Embora o modo de produção capitalista se aproprie das lutas contra as opressões e por vezes conceda pequenos avanços de membros desses grupos, mostrou-se ao longo da história incapaz de solucionar as questões das mulheres e dos demais sujeitos socialmente oprimidos, porque os passos são dados dentro dos limites e contradições do modo de produção. Em vista disso, não é possível superar os entraves impostos pelo sexismo através de reformas no modo de produção capitalista, sem romper com o seu funcionamento, dado que essas reformulações se dão nos limites do capital ao passo que ameaça a sua própria estrutura.

Por fim, a crítica feminista que se coloca de maneira autônoma, ignorando a estrutura político-econômica em que são firmadas as opressões e foca apenas em transformações culturais, não considera que as transformações na esfera da cultura só são amplamente possíveis ao passo que rompem com a estrutura de classes. Dessa maneira, as conquistas das feministas liberais são impulsionadas pelos ideais liberais de manutenção da apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, bem como em prol da liberdade e igualdade formal, que se validam nos limites desse modo produção à serviço do mercado. De modo que, se tornam insuficientes para compreender a complexidade da emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. Revista Estudos Feministas, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 1-15, 14 nov. 2018.

ADELMAN, Miriam. "Feminismo e pós-colonialidade: algumas reflexões a partir da teoria social e da literatura". In: WOLFF, Cristina Scheibe et al. Leituras em rede: gênero e preconceito Florianópolis: Editora Mulheres, 2007. p. 391-413.

ANDRADE, Joana El-Jaick. A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social-democracia. *Lutas Sociais: novos desafios, novas análises*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-17, jun. 2010. Semestral.

ANZALDÚA, Gloria. "La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciencia". *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, 13(3): 704-719, setembro-dezembro, 2005.

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.315-380, 1988.

ALVAREZ, SONIA E. Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero'. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (orgs.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva). p.9-25, 2000b.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014 .

ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial.

AZEVEDO, Juliana. *Feminismo e crítica ao consumo no documentário argentino El Mundo de la Mujer (1972- 1975)*, de María Luisa Bemberg. Juliana dos Santos Azevedo. 2021.

Bahri, Deepika. *Feminismo e/no pós-colonialismo*. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2013, v. 21, n. 2 , pp. 659-688.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo, 1950

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001.

BUTTAFUOCO, Annarita. Entre cidadania política e cidadania social. Projetos e experiências do movimento político das mulheres na Itália liberal. In: BONACCI, Gabriella e GROPPI, Angela (orgs). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p.129-158.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *História, Franca*, v. 30, n. 2, p. 196-213, dez. 2011.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal racista capitalista. *Serviço Social em Revista (Online)*, v. 18, 2015

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p.185-206.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: InVersos, 2016.

Costa, Fernanda Alves da. *O dilema de Wollstonecraft: feminismo e cidadania no projeto democrático de Chantal Mouffe / Fernanda Alves da Costa*. - Natal, 2018.

Costa, C. A urgência do pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos. *Terceira Margem*, 13(20), 70-85, 2017

COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Labrys, Estudos Feministas*, Brasília, v. 7, p. 09-36, 2005.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política* São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMARCO, T. T.; GABRIELA FANTIN, G.; D'AGOSTINI, F. P. CONQUISTAS E ATUAIS DESAFIOS DO MOVIMENTO FEMINISTA. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira*, [S. l.], v. 3, p. e16522, 2018.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003.

DWORKIN, Andrea. *Intercourse*, Londres, Arrow Books, 1987.

ESPINOSA MIÑOSO, Y; GÓMEZ CORREAL, D; OCHOA MUÑOZ, K. "Introducción". In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana e OCHOA MUÑOZ, Karina (Eds.), *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014a, p. 13-40.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; MEDEIROS, Talita Gonçalves de. A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 375-378, abr. 2017.

FELGUEIRAS, Ana. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo, *Revista Digital Simonsen*, n. 6, p. 108-121, maio 2017.

Fernandes, Danubia. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2016, v. 24, n. 3

FRASER . Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul/dez., 2009.

FRASER, Nancy. Entrevista com Nancy Fraser: um feminismo em que “romper barreiras” não rompe com a exploração, 2015.

FRASER, Nancy. Como o feminismo se tornou empregada do capitalismo, 2017.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Outubro* (26), 2016, pp.31-56.

GANDHI, Anuradha; Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista. 2ª Edição. 2018.

GIFFIN, Karen. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, p. 190-200, 1991.

GIL, Antônio. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, Anderson. Mulheres, sociedade e Iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século XVIII. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, [S.l.], v. 18, n. 29, dez. 2011.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. Gênero e trabalho no Brasil: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÊNIN, Vladimir. A mulher hoje. In: Marx, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. Sobre a mulher. São Paulo: Global, 1979

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas. Florianópolis. 2014.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tabula Rasa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008

MANO, Maíra. As mulheres desiludidas: de Simone de Beauvoir à “ideologia de gênero”. Cadernos Pagu [online]. 2019, n. 56

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINELLI, Maria. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição, In, O capital, SP, Boitempo, 2013.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. Revista de Sociologia e Política [online]. v. 18, n. 36, pp. 67-92, 2010.

MATUELLA, Iazana. Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher. Revista Estudos Feministas [online]. v. 25, n. 3, 2017.

MICHEL, Maria. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para o acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MIGUEL, Luis. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. v. 15, n. 44, 2000.

MINAYO, Maria. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MONTAÑO, Sônia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Thereza. CEPAL: Série Mujer y Desarrollo. Santiago do Chile, 2003.

MIRANDA, Cynthia. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. Interfaces Brasil/Canadá: Revista Brasileira de Estudos Canadenses, Canoas, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS, ABEPSS, 2009.

OKIN, Susan. Gênero, público e privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 2008

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, maio/ago. 2004.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros / Michelle Perrot; seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil, São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. Revista Estudos feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 2 p. 256-270, 1994.

PINTO, Giselle: Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres. Minas Gerais, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America latina. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

RODRIGUES DA SILVA, E. FEMINISMO RADICAL – PENSAMENTO E MOVIMENTO. Textura, v. 3, n. 1, p. 24 - 34, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. Coleção Brasil Urgente São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, Silvana; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Revista Katálysis [online]. v. 13, n. 1, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1989.

SIQUEIRA, Carolina; BUSSINGER, Elda. Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma análise comparativa das contribuições teóricas feministas de Simone de Beauvoir e Judith Butler. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Women's Worlds Congress (Org. Jair Zandoná, Ana Maria Veiga e Cláudia Nichnig). Florianópolis: UFSC, 2018.

SOUZA, Terezinha. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

THÉBAUD, Françoise. Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. Tempo, Rio de Janeiro, nº 10, p. 119-135, 2000.

TOLEDO, A. Me empodera te empoderar. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social/Jornalismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.